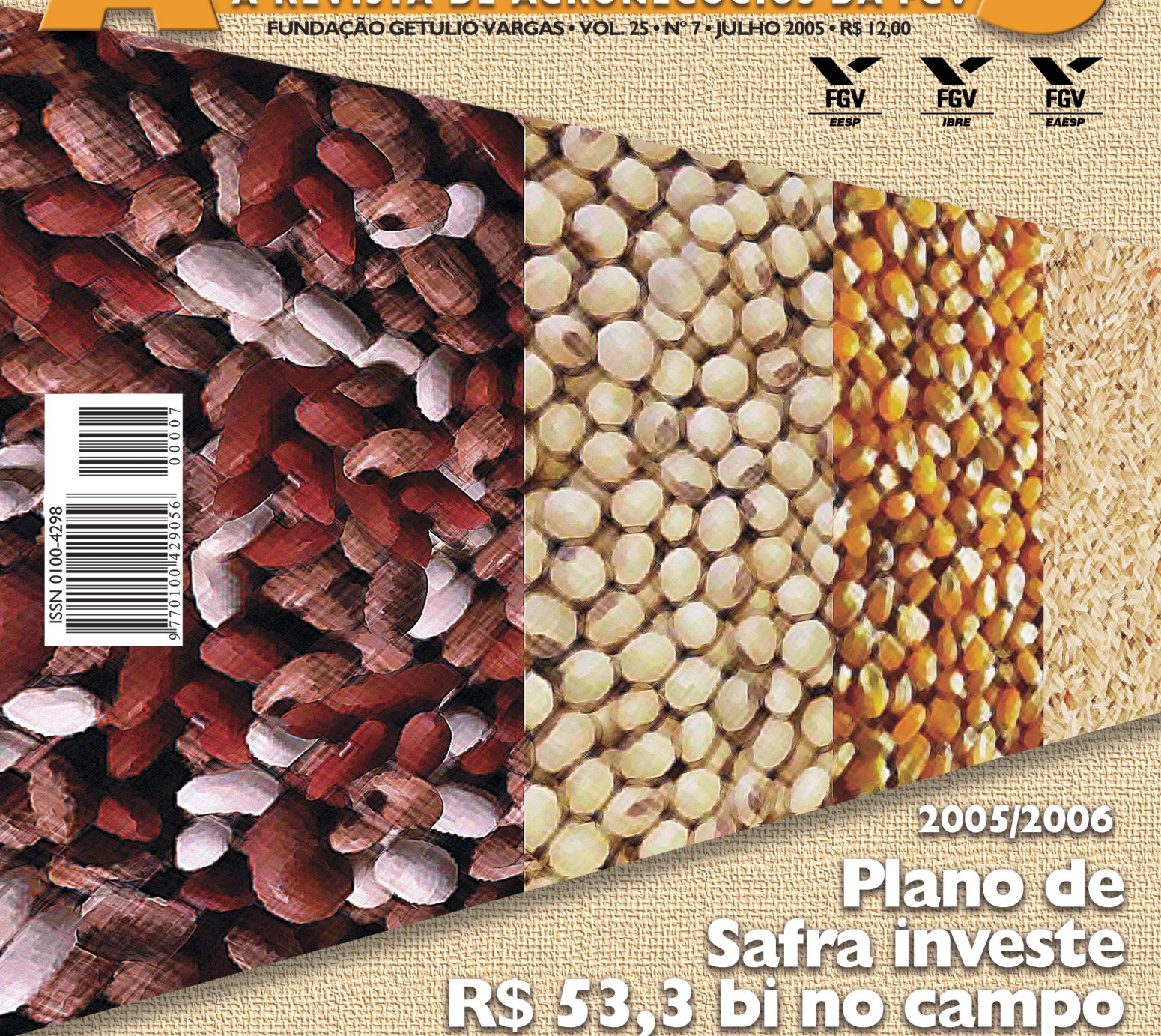


# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS • VOL. 25 • Nº 7 • JULHO 2005 • R\$ 12,00



2005/2006

## Plano de Safrainveste R\$ 53,3 bi no campo

- Custeio e comercialização terão R\$ 44,3 bi
- Governo destina R\$ 9 bi à agricultura familiar
- Previsão de queda na área plantada

**MADEIRA**  
Rentabilidade  
em alta

**BOI**  
Confinamento  
no vermelho

**BORRACHA**  
Brasil está longe  
da auto-suficiência



# Vacas gordas e vacas magras

**A** crise atual da agricultura brasileira nos lembra uma importante passagem da Bíblia. Ao interpretar o sonho do faraó, José não apenas antecipou a grande tragédia que afligiria a humanidade com a escassez de alimentos, como mostrou o movimento cíclico da agricultura. Na visão administrativa, isso mostra a importância de se preparar nos períodos de bonança para enfrentar os momentos de agruras.

Nas últimas temporadas, a agricultura avançou. As áreas cresceram e novas terras foram incorporadas ao processo produtivo. Muito se investiu também em máquinas e equipamentos, e no aprimoramento de tecnologia. O agronegócio brasileiro provou ao mundo sua grande potencialidade, e uma boa parte da renda auferida pelo setor foi direcionada à produção.

Era de se esperar, porém, a reversão deste cenário. A safra 2004/05, desde o seu plantio, já denunciava dificuldades na comercialização. As generosas colheitas, principalmente nos EUA, enchiam os celeiros do mundo, enquanto as cotações enfraqueciam. Deficiências crônicas da nossa agricultura afloraram com este ambiente adverso. Foram os casos das contas abertas e dos inadimplentes da década passada, no crédito rural, junto com a fragilidade de infra-estrutura e logística na armazenagem, no transporte e nos portos.

É bom lembrar que uma produção da ordem de 130 milhões de toneladas, como se estimava inicialmente, exporia o setor a uma crise sem precedentes, que se alastraria pelas principais regiões produtoras do País. Diante da estiagem no Rio Grande do Sul, o quadro de crise dramática ganhou mais um contorno regional. A recuperação dos preços serviu de lenitivo para muitos agricultores.

Mas a crise de renda e liquidez do campo levará algum tempo para ser superada. Um crescimento de forma sustentável somente terá mais vigor se preceitos gerenciais e administrativos passarem a

ser cumpridos. É preferível renunciar gastos no presente em prol de um crescimento mais seguro e rentável em médio prazo.

A comercialização da safra 2005/06 tem sido marcada por um profundo desgaste. As negociações envolvem empresas de insumos, agentes financeiros, produtores e, é claro, o governo. Assiste-se a um amadurecimento nas negociações. Todos começam a entender que fazem parte da cadeia produtiva e que estão no mesmo barco; uma fase de saneamento para chegar a um volume plausível de 160 milhões de toneladas de produção na temporada 2009/10.

Neste processo, é anunciado o Plano da Agricultura e Pecuária da Safra 2005/06. Apesar da maior disponibilidade de recursos para o crédito rural, a área plantada deve sofrer um pequeno recuo. A grande novidade é a introdução de mecanismos para premiar as propriedades em dia com as regras de reserva legal, bem como estimular a integração entre lavoura e pecuária. Um avanço inteligente na aplicação das políticas públicas.

Mesmo com a preocupação em torno da valorização da taxa de câmbio, o comportamento da balança do agronegócio mostra um resultado francamente positivo no primeiro semestre deste ano. As cadeias de carnes, café, açúcar e álcool melhoram seus saldos comerciais. No cardápio desta edição, mais temas importantes: a produção das florestas e seringueiras, o desenvolvimento do marketing da batata e o enfraquecimento nos embarques de laticínios e mel.

Outro destaque é o trabalho conjunto da OCDE e da FAO, que projeta o cenário de 2015 para grãos e carnes: uma contribuição valiosa e de séria credibilidade. Em suas próximas edições, **Agroanalysis** deverá apresentar o impacto deste estudo e as oportunidades para o agronegócio brasileiro. Bom motivo para os tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada implementarem um planejamento estratégico para o setor. ■

## “Produtor busca sempre a tecnologia mais rentável e mais cômoda”

O argentino Pedro Rugeroni, diretor geral da Syngenta Seeds no Brasil, desembarcou em São Paulo, vindo de Buenos Aires, há dois anos, com a missão de mudar o modelo de negócios da Companhia. Rugeroni, que trabalha na empresa há 23 anos, atravessou várias fusões e aquisições, atuando nas áreas de pesquisa e vendas. Foi vendedor, gerente regional, gerente de marketing, gerente de vendas, até assumir a direção geral da Syngenta Seeds no Brasil.

“Havia muita informalidade na gestão da companhia no Brasil”, diz ele, que, nos últimos anos, vem buscando modernizar a produção de sementes nas fábricas de Ituiutaba e Matão. A Syngenta, que mantém duas estações experimentais, em Cascavel (PR) e em Uberlândia (MG), está inaugurando outra em Mosoró (RN) para pesqui-

sa com melão, melancia e tomate, e produção de sementes de frutas, voltadas à exportação.



**Agroanalysis - Qual é o principal negócio da Syngenta?**

**Pedro Rugeroni** - Na área de sementes, o milho híbrido é o carro-chefe, respondendo por 80% do faturamento. Mas os defensivos faturam dez vezes mais. Trabalhamos também com melancia, com a qual temos 80% do mercado, e melão para a produção local e exportação. Um mercado que cresceu muito foi o de milho doce. É um negócio interessante, há uma variedade nova que permite produzir milho da mesma qualidade que se comercializa e se consome na França, o principal mercado da Europa. Esse milho é para consumo humano e tem maior teor de açúcar. É um produto que mudou muito nos últimos anos. Hoje, tem mais qualidade, está mais saboroso e agradável.

**"Isso  
(a produção de  
milho doce) é  
um bom negócio.  
Você produz  
cerca de 30 mil  
espigas em um  
hectare, que são  
vendidas na  
praia por  
R\$ 2 cada uma"**

**Agroanalysis**  
- O que se vê no Brasil é o consumo humano de milho de forma bem artesanal, nas barracas de praia, por exemplo.

**Rugeroni** – Agora, estamos fazendo uma pesquisa para investigar como funciona o mercado de milho doce no Brasil. Há empresas e produtores especificamente indicados para abastecer essas barraquinhas de praia, principalmente em Florianópolis. Isso é um bom negócio. Você produz cerca de 30 mil espigas em um hectare, que são vendidas na praia por R\$ 2 cada uma. A produção de milho enlatado também apresenta um bom faturamento. Na Europa, só se pode produzir milho durante três meses. Uma fábrica de milho doce enlatado custa aproximadamente US\$ 25 milhões. É um investimento alto para se trabalhar apenas três meses por ano. Aqui, é possível produzir milho quase o ano inteiro.

**Agroanalysis - O Brasil exporta milho enlatado?**

**Rugeroni** - Pouca coisa. O milho doce produzido aqui é muito duro para os padrões europeus. Mas existem algumas companhias multinacionais pensando em investir no Brasil. Este ano, a Syngenta está lançando três sementes desenvolvidas no Brasil. Vamos fazer parcerias com as indústrias Bonduelle, General Mills, Brasfrigo e Zeneca Foods para produzir uma varie-

dade de milho doce voltada exclusivamente à exportação para EUA e Europa.

**Agroanalysis - Depois de três anos de "vacas**

**gordas", os negócios com milho e soja não devem ser lucrativos nesta temporada. Os produtores estão reclamando muito.**

**Rugeroni** - Há motivos para isso. Muitos produtores fizeram investimentos altos em máquinas. E agora, diante da queda dos preços agrícolas e do aumento dos custos, combustíveis e fertilizantes, por exemplo, a margem vai ficar bem estreita. Agora, os preços parecem estar se recuperando um pouco.

**Agroanalysis - O que acontece com o milho no Brasil, que deixa o produtor sempre "no vermelho"?**

**Rugeroni** - É um pouco difícil explicar, mas acredito que seja porque 90% do milho produzido no Brasil são consumidos aqui mesmo. O volume de exportações é baixo. E a maior parte do milho vai para ração de suínos, frangos e bovinos. Acho que a tendência é de o preço subir um pouco nesta temporada. Em geral, se plantou 8% a menos no Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A Sadia e a Perdigão têm estoques de milho e, por isso, o preço se mantém estável. Mas acredito que em dois meses teremos novidades.

**Agroanalysis - A chamada**

**agricultura energética pode mexer com o mercado mundial de milho. O senhor acha que haverá uma mudança significativa?**

**Rugeroni** - Vai mudar, mas não nos próximos quatro ou cinco anos. Hoje há muito marketing, muita novidade, mas nada de concreto. Os EUA estão produzindo muito álcool de milho, mas não em volume suficiente para causar grande impacto no mercado mundial.

**Agroanalysis - Como anda a agricultura argentina?**

**Rugeroni** - Está numa situação parecida com a do Brasil. Só que o produtor argentino tem uma desvantagem, uma vez que o governo tributa em 20% do valor internacional cada tonelada de soja ou de milho produzida na Argentina. Aqui, o produtor tem mais vantagens, com boas linhas de financiamento.

**Agroanalysis - Como estão os investimentos da Companhia na biotecnologia?**

**Rugeroni** - A empresa é a "número 2" em milho transgênico. Ainda não temos aprovação para o plantio comercial no Brasil. Estamos aguardando que se forme a nova CTNBio para solicitar a liberação do plantio comercial. Há quatro anos, estamos realizando experimentos em áreas previamente autorizadas pelo governo para ensaios transgênicos. Temos um milho transgênico que permite o controle da diatréia, uma lagarta que se hospeda no cartucho do milho

**"Hoje, os primeiros do ranking do plantio da soja transgênica são os EUA, seguidos da China, do Canadá. Em quarto lugar, aparece o Brasil, onde o plantio ainda nem está legalizado"**

e derruba a produtividade. Esse produto vai proporcionar a redução do uso de agrotóxicos. A lagarta está aparecendo muito em Mato Grosso, exigindo de 3 a 5 aplicações por safra. Este é um gene que está pronto para ser comercializado. Além dele, temos mais dois genes em pesquisa.

**Agroanalysis - Na sua opinião, por que os transgênicos enfrentam tanta resistência no Brasil? Foi uma falha da Monsanto, que foi a pioneira nesta área?**

**Rugeroni** - Pode ter sido uma falha da Monsanto. Mas veja bem. Hoje, o primeiro lugar do *ranking* do plantio da soja transgênica é dos EUA, vindo em seguida a China, o Canadá e, em quarto lugar, o Brasil, onde o plantio ainda não está legalizado. São cinco milhões de hectares, 4% do total de transgênicos plantados no mundo. O produtor sempre vai buscar o que tem de melhor, a tecnologia de plantio mais rentável e mais cômoda. A resistência dos brasileiros aos transgênicos é resultado das campanhas movidas pelos ambientalistas. À medida que o tempo passa, se comprova que os transgênicos não trazem danos à saúde. Há dez anos, as pessoas nos EUA e na Europa estão consumindo alimentos transgênicos. E até hoje não há registro de nenhum caso médico. Na Argenti-

na, hoje, 60% do milho plantado é transgênico. Na soja, esse total é de 98%.

causa do tamanho da floresta, do medo de destruírem a Amazônia. É uma preocupação saudável e legítima. A legislação brasileira sobre meio ambiente é uma referência para o mundo.

**Agroanalysis - E na Europa? A resistência a produtos transgênicos caiu nos últimos anos?**

**Rugeroni** - Está caindo, pois a oposição perdeu seus argumentos. Todos os genes de que temos registro no Brasil e na Argentina estão aprovados na Comunidade Econômica Européia para consumo humano, embora ainda não para a produção.

**Agroanalysis - Quais são as novidades da Companhia**

**para o Brasil?**

**Rugeroni** - Uma delas é a inauguração de uma estação de pesquisas no Nordeste. Também vamos investir US\$ 5 milhões para modernizar as nossas duas fábricas de sementes. São medidas que reduzem custo e melhoram a qualidade de nossos produtos. ■



**Agroanalysis - Existe uma diferença entre o consumidor argentino e o brasileiro. O brasileiro se preocupa mais com as questões ambientais.**

**Rugeroni** - Há, de fato, uma maior preocupação com o meio ambiente no Brasil do que na Argentina. É um tema constante na sociedade brasileira. Talvez, por



# Balanço do semestre

ROGÉRIO MORI\*

O ano de 2005 tem apresentado algumas surpresas no campo econômico, e uma reflexão sobre o desempenho da economia brasileira no primeiro semestre se mostra útil neste momento para avaliar as perspectivas futuras. Sem sombra de dúvida, a performance da economia brasileira ao longo destes meses se mostrou bem distinta da projetada pela maioria dos analistas econômicos.

Primeiramente, se esperava que a inflação registrasse um comportamento bem mais moderado do que aquele efetivamente verificado. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo IBGE, e o IGP-DI (Índice Geral de Preços), medido pela FGV, mostraram variações acima das esperadas. Houve uma clara incompatibilidade com as expectativas de inflação para 2005, elaboradas em fins de 2004 e no início deste ano. Não sem razão, as expectativas de inflação para o ano acompanharam esse movimento por boa parte do período. Apenas o colapso dos preços nos últimos meses trouxe novo alento ao cenário de inflação mais baixa no restante de 2005. Nesse contexto, é factível supor um cenário mais bem comportado de inflação no restante do ano, relativamente ao verificado no primeiro semestre.

Na esteira de um cenário de inflação mais pressionada, o Banco Central (BC) elevou a meta da taxa básica de juros da economia – Selic – bem acima do que chegou a se supor no início do ano. Na virada de 2004 para 2005, chegou a se especular que o processo de aperto da política monetária iria prosseguir apenas até janeiro ou, no máximo, até fevereiro. No entanto, a avaliação do cenário econômico por parte do BC levou a um prolongamento

adicional do processo de elevação da taxa de juros por parte do Comitê de Política Monetária (Copom). Contrariamente às expectativas formadas no início de 2005, o ciclo de alta da taxa de juros se prolongou até maio. Nesse sentido, caso o quadro de inflação mais baixa se confirme nos próximos meses, é razoável supor que o BC volte a cortar a taxa de juros ainda no segundo semestre.

Como consequência de uma política monetária mais apertada, o crescimento econômico em 2005 deverá ser significativamente abaixo do verificado no ano passado e bem menor do que as expectativas de mercado apontavam no início do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) sazonalmente ajustado registrou crescimento de apenas 0,3% no primeiro trimestre de 2005 relativamente ao último trimestre de 2004, apontando para um crescimento anual pouco acima de 1%. A anatomia do resultado é tão importante e reveladora

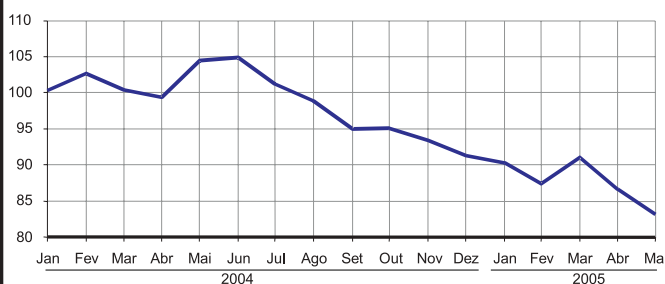
quanto o número em si mesmo: o crescimento verificado no primeiro trimestre do ano se deveu apenas à demanda do setor externo, que continuou forte ao longo do primeiro semestre do ano. Este resultado revelou uma retração da demanda doméstica, que deve ter se acentuado nos últimos meses ante a alta da taxa de juros.

Com isso, as expectativas para o crescimento em 2005, que se situavam em torno de 3,5% no início de 2005, vêm sendo sistematicamente revistas para baixo. Não há perspectiva de reversão desse quadro ainda neste ano, pois não

se espera uma redução da taxa de juros em curto prazo. Mesmo que a taxa de juros inicie uma trajetória de queda no segundo semestre do ano, seus efeitos sobre a atividade econômica deverão ser palpáveis apenas em 2006.

A grande surpresa do primeiro semestre de 2005 ficou por conta do desempenho da balança comercial. Mesmo ante a acentuada queda da cotação da moeda norte-americana e da acentuada apreciação da taxa de câmbio real efetiva (vide gráfico), o saldo comercial surpreendeu positivamente de forma sistemática. O superávit comercial do primeiro semestre do ano foi de US\$19,7 bilhões e o resultado acumulado em 12 meses se situou em US\$38,3 bilhões. O resultado observado se deveu fundamentalmente à manutenção de um intenso crescimento econômico global no período e à manutenção dos preços dos produtos bra-

Taxa de câmbio real efetiva\* – IPA-DI (jun 94=100)



Fonte: BCB. Elaboração: FGV/EESP/GV-Macro

\* Média da cotação do real em relação às moedas de 15 países pela participação desses no total das exportações para esse grupo de países.

sileiros exportados em alta. É bem possível que este cenário comece a mudar no segundo semestre do ano, caso a perspectiva de um menor crescimento econômico global se consolide nos próximos meses.

Enfim, o panorama do primeiro semestre permite inferir várias perspectivas econômicas para o segundo semestre do ano. Afora surpresas e acidentes de percurso, tudo indica que as trajetórias para as principais variáveis econômicas estão relativamente determinadas. ■

\*Professor e Coordenador do GV-Macro, da FGV/EESP.



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

**DIRETOR DA EESP/FGV:** Yoshiaki Nakano

**DIRETOR DO IBRE/FGV:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**DIRETOR DA EAESP/FGV:** Fernando S. Meirelles

**CONSELHO EDITORIAL:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

**EDITOR CHEFE:** Antônio Carlos Kfoury Aidar

**EDITOR EXECUTIVO:** Luiz Antonio Pinazza

**FUNDADORES:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

#### REDAÇÃO

**REDATOR:** Bruno Blecher

**ARTE:** Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

**REVISÃO:** Solange Aparecida Visconte

**SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO:** Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr.

**PUBLICIDADE** - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular: (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

**CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS** - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

**PONTO DE VENDA:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

**SEDE:** Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

**PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR:** Luiz Simões Lopes

**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

#### CONSELHO DIRETOR

**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

**VOGAIS:** Amando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ermano Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

**SUPLENTE:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

#### CONSELHO CURADOR

**PRESIDENTE:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**VICE-PRESIDENTE:** Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

**VOGAIS:** Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martin Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apollonio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

**SUPLENTE:** Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA), Unibanco (União de Bancos Brasileiros SA).

#### CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



3  
**O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE**  
Vacas gordas e vacas magras

7  
**MACROECONOMIA**  
Balanço do semestre  
Rogério Mori

10  
**AGRODROPS**

4  
**ABRE ASPAS**

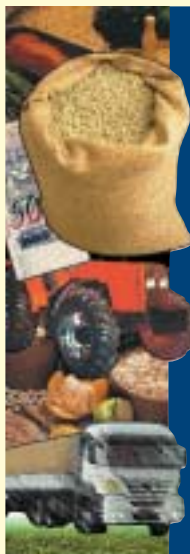


Pedro Rugeroni, diretor geral da Syngenta Brasil: "Produtor busca sempre a tecnologia

mais rentável e mais cômoda"

12  
**COMÉRCIO INTERNACIONAL**  
Mais concorrência e produtividade

14  
**EXPORTAÇÃO**  
Recorde histórico no primeiro semestre



16  
**SAFRA**  
Temporada 2005/2006 terá R\$ 53,3 bilhões

17  
**Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes**  
Evaristo Marzabal Neves

18  
**Contratos de soja verde estão ameaçados**  
Christiane Leles Rezende, Decio Zylbersztajn e Érica Gorga



**21**  
**AÇÚCAR**  
e **ÁLCOOL**  
Colheita avança  
no Centro-Sul

**22**  
**BATATA**

**Salto em produtividade**  
Mais tecnologia e novas variedades  
melhoram a rentabilidade



**24**  
**LARANJA**  
O comportamento do consumidor  
Marcos Fava Neves e Everton Molina Campos



**27**  
**LEITE**  
Câmbio  
traz risco

**29**  
**CARNES**  
Produção mundial  
vai crescer 2,8%



**30**  
Brasil quer ampliar mercado na Rússia

**31**  
Logística da exportação da carne bovina  
Andréa Leda Ramos de Oliveira Ojima e Luiza Maria Capanema



**33**

**Calcule o custo do  
confinamento**  
Alcides de Moura Torres Jr.,  
Fabiano R. Tito Rosa  
e Maurício Palma Nogueira



**36**

**AMBIENTE**  
Muita mata e  
pouca madeira  
Carlos José Caetano Bacha



**40**

**Estímulo ao  
reflorestamento**  
Paulo Edgard Nascimento de  
Toledo e Thomaz Miazaki de Toledo



**41**

**BORRACHA**  
Longe da auto-suficiência  
Em 2004, a produção atendeu a 33,7% da demanda  
Heiko Rossmann, Priscilla Silva Perez,  
Mariana Bombo Perozzi e Augusto Hauber Gameiro



**44**

**TRABALHO**  
Perspectivas no  
setor de açúcar  
e álcool  
Carlos Eduardo de  
Freitas Vian  
Márcia Azanha Ferraz  
Dias de Moraes



**45**

**TURISMO RURAL**  
Uma indústria de lazer  
no interior de SP

**48**

**MERCADO FUTURO**  
Como operar o contrato  
de bezerros  
Fabiana S. Perobelli

**50**

**LEGISLAÇÃO**  
Menor imposto na  
alienação do imóvel rural  
Luiz Augusto Germani



## MODA DE PEIXE

A designer paulistana Silvana Nasrallah Bedran lançou uma linha de bolsas feitas com couro de tilápia, peixe criado em cativeiro. A novidade é resultado da parceria entre a designer, a empresa de pescados Mar & Terra e a Business Relationship Office (BRO), respon-

sável pela logística e comercialização das peles. Enquanto uma peça de couro bovino custa hoje R\$ 100, uma de couro de peixe vale cerca de US\$ 140.



## MAUS VENTOS

Levada aos EUA pelo furacão Ivan, em 2004, a ferrugem asiática da soja chegou a Georgia e mais outros Estados que não são grandes produtores do grão. Mas os agricultores do Meio Oeste estão preocupados com o avanço do fungo. A indústria de soja norte-americana registra um faturamento anual de US\$ 18 bilhões. Nota divulgada pelo USDA admite a possibilidade de contaminação de cerca de 74 milhões de acres de soja em 35 Estados. A soja representa 15% das exportações agrícolas americanas. No mercado interno americano, 44% de todos os alimentos levam soja.

## AVESTRUZ NO CENTRO-OESTE

A Abre (Associação Brasileira de Estruticultura), em parceria com a Gessulli Agribusiness, vai organizar o 1º Seminário Centro-Oeste de Estruticultura, evento paralelo à AveSui Centro-Oeste. O seminário acontecerá entre os dias 13 e 15 de setembro, no Centro de Convenções de Goiânia.



## COURO FORTE

As exportações brasileiras de couro cresceram 7,2% no primeiro semestre do ano em comparação com o mesmo período de 2004, de US\$ 630,1 milhões para US\$ 675,5 milhões. Em junho último, as vendas externas somaram US\$ 120,6 milhões, valor 3,6% superior ao apurado no mesmo mês do ano passado. Vale destacar o grande salto nas vendas para a Tunísia, que já alcançam US\$ 720 mil este ano, com aumento de 514%. Também o Paquistão se tornou um grande cliente, em 2005. Itália, China, Hong Kong e EUA lideram o ranking dos principais compradores do couro brasileiro.

## RENOVAR O CAFEZAL

Nas últimas três safras, o Brasil produziu em média 32 milhões de sacas de café. Para manter sua posição no mercado internacional, provendo cerca de 40% das importações mundiais, o País terá que produzir 60 milhões anuais de sacas de café em 2015, segundo cálculos do secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Linneu da Costa Lima. Para ele, é preciso renovar os cafezais brasileiros, uma vez que 40% dos pés têm mais de 20 anos e, portanto, perdem produtividade.

**ASSINE**  
**AGROANALYSIS**  
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação  
que melhor acompanha  
o agronegócio

**0800 770 88 81**

## CONTRA A AFTOSA

As vendas de vacinas contra a febre aftosa atingiram 166,1 milhões de doses no primeiro semestre de 2005, segundo levantamento da Central de Selagem de Vacinas (CSV).

A cobertura vacinal na primeira etapa da campanha oficial de vacinação chegou a 98%, com destaque para São Paulo, onde a imunização atingiu 99,41% do rebanho. Em Mato Grosso, o índice de vacinação saltou de 97,49% (2004) para 98,5% este ano e, no Tocantins, de 98,06% para 98,44%.

## EM ALTA

Os preços internacionais do café, no mês, subiram 68% entre março de 2004 e junho último. Com isso, a receita das vendas externas brasileiras saltou de US\$ 181,57 milhões em março do ano passado para os atuais US\$ 290,52 milhões. Segundo o Cecafé, no mês passado, O Brasil exportou 2,67 milhões de sacas; isto em plena entressafra.

## CARNE À FRANCESA

Líder do *ranking* dos maiores exportadores de carne bovina, o Brasil quer agregar valor ao produto. Esta é a proposta do presidente da Abiec, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que está girando o mundo em busca de novos clientes para o nosso bife. Uma das estratégias da Abiec é realizar degustação da carne brasileira em grandes eventos internacionais. Foi assim na festa oferecida pelo presidente Jacques Chirac durante o aniversário da Queda da Bastilha. A Abiec montou uma tenda nos jardins do Palácio do Eliseu, sede do governo francês, onde os convidados consumiram 1 tonelada de carne brasileira.



## CAPITAL DA CACHAÇA

Salinas (MG) foi sede do Festival Mundial da Cachaça, de 15 a 19 de julho. A produção da bebida é a terceira atividade em faturamento no município, que tem 23 produtores e 35 marcas da "branquinha". A Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique da Microrregião de Salinas (Cooper-cachaça), que reúne 109 pequenos alambiques, produz a Terra de Ouro, cachaça vendida em São Paulo, Minas Gerais e Brasília. A Cooper-cachaça está negociando o embarque da segunda remessa de 5.000 litros para a Itália. Nesta safra (2005), serão produzidos 1 milhão de litros da Terra de Ouro.

## CAIPIRINHA E CAFÉ

Fazem parte do cardápio das degustações organizadas por Pratini de Moraes não apenas a picanha brasileira, mas também a cachaça, na forma de caipirinha, e o café. As próximas festas da Abiec serão em Kuala Lumpur, na Malásia, e em Moscou, na *World Food*. A Rússia é o principal comprador da carne brasileira. Só este ano, eles importaram 163.719 toneladas de carne do Brasil.



## MERCADO DE CARBONO

**US\$ 4 bilhões/ano**

é o potencial estimado pelo BIRD para os negócios nesta área. O Banco calcula que o Brasil teria 10% deste mercado, o equivalente a

**US\$ 400 milhões/ano**

e o agronegócio tem potencial para vender em crédito de carbono

**US\$ 160 milhões/ano**

## BARREIRAS SOCIAIS

Mais de 600 pessoas participaram da 4ª edição do Congresso Brasileiro de Agribusiness, promovido pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), em São Paulo, que debateu a crise da agricultura: inadimplência dos produtores, queda nas vendas de adubos, defensivos, fertilizantes e máquinas agrícolas, problemas de logística e o futuro de mercados em expansão. Carlo Lovatelli, presidente da Abag, citou como desafios para a próxima safra a conquista de novos mercados e a superação de barreiras sociais, como as "acusações infundadas", segundo ele, de trabalho escravo e do desmatamento da Amazônia pelos produtores de soja.



### ADEUS AO SUBSÍDIO

As reformas são inevitáveis, e os fazendeiros precisam mostrar que sabem lidar de modo responsável com o dinheiro dos impostos ”

**Renate Kunast**, ministra da Agricultura da Alemanha, ao comentar, no dia 18 de julho de 2005, o protesto dos agricultores europeus contra o fim dos subsídios à produção de açúcar

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: [brunoblecher@uol.com.br](mailto:brunoblecher@uol.com.br)



# Mais concorrência e produtividade

O relatório sobre as perspectivas agrícolas mundiais para o período de 2005 a 2014, realizado conjuntamente pela primeira vez pela OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (com sede em Paris) e pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (sediada em Roma), traz uma série de informações relevantes para o agru-

mundial entre exportadores de oleaginosas, açúcar, trigo, arroz e produtos animais, conjugado com o aumento da produtividade, provocará um novo ciclo de queda dos preços reais da maior parte dos produtos agrícolas nos próximos dez anos.

Do lado dos exportadores, o estudo mostra que o comportamento do Brasil, da Argentina e de outros países emergentes que são fortes nos agonegócios terá influência "primordial" para a evolução dos mercados. Do lado dos importadores, a importância da China e da Índia chega a tal ponto que um choque, mesmo fraco, de demanda ou oferta desses gigantes provocará "ajustes externos não negligenciáveis".

A produção agrícola global deverá aumentar mais lentamente que durante o intervalo 1995-2004, mas o consumo tende a continuar em crescimento, estimulado pelo desempenho econômico e pela expansão populacional nos países em desenvolvimento. Não

obstante, a importância relativa do crescimento das populações na evolução da demanda de produtos agrícolas cairá, em longo prazo. As projeções não mudam, mesmo com a simulação de uma liberalização comercial na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo a OCDE.

Os principais impactos da entra-

da de novos países-membros na agricultura da UE são:

- Aumento da diversificação das fazendas;
- O valor da produção cresceu menos de 10%, apesar de ter absorvido muita terra e mão-de-obra;
- A renda crescerá mais significativamente em médio prazo;
- O nível de proteção inferior ao existente antes da absorção dos novos países-membros, em 2004.

## AVE É A QUE MAIS CRESCE

O trabalho aponta que, entre as três principais carnes produzidas e consumidas no mundo - bovina, suína e de aves -, a última é que continuará apresentando o maior aumento na produção.

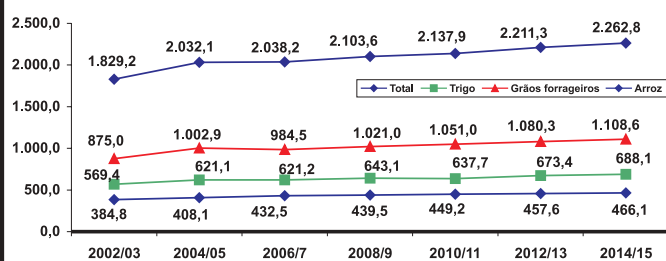
Assim, considerados apenas os países integrantes da OCDE, entre 2005 e 2014, a produção de carne bovina deverá aumentar 3,11%; a de carne suína, 10,62%, e a carne de aves (essencialmente frango), 23,86%. Além disso, por volta de 2010, a carne de aves superará a carne suína e se tornará a principal carne produzida no âmbito da OCDE.

Espécie de "clube dos desenvolvidos", a OCDE é integrada por 30 países, a maioria deles (23), europeus, e completando o "time", estão: EUA, Canadá e México, nas Américas; Japão e Coreia, na Ásia; e Austrália e Nova Zelândia, na Oceania.

O fato de serem países econômica e socialmente estáveis (inclusive no crescimento demográfico) ajuda a explicar porque devem registrar, doravante, expansão anual inferior a 1% na produção de carnes, enquanto nos países não-integrantes do bloco a expansão anual média deve ficar próxima dos 3%.

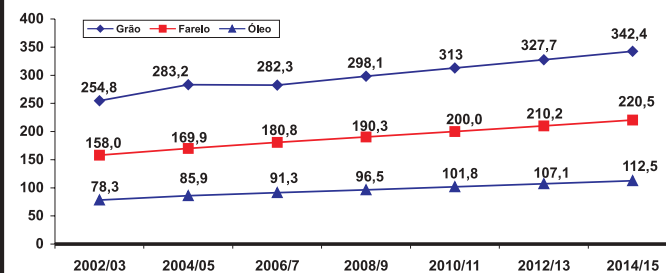
Nos países não-integrantes da OCDE, o ritmo de expansão da produção das três carnes é bem mais intenso, prevendo-se aumento de 38% para a carne suína e bovina. Mas aqui, também, o aumento das carnes avícolas deverá ser maior, de cerca de 43%. Mas os números da OCDE/FAO também servem para ressaltar o desnível existente entre países ricos e pobres, pois, representando apenas 15% dos países existentes no mundo (são perto de 200), os integrantes da OCDE detêm, hoje, mais de 40% da produção mundial das três carnes.

Mundo: produção de cereais (milhões de toneladas)



Fonte: OCDE

Mundo: produção de oleaginosas (milhões de toneladas)



Fonte: OCDE

siness brasileiro e mundial.

As perspectivas traçadas se apoiam na hipótese de que as taxas de câmbio das principais moedas em relação ao dólar se manterão no nível de 2004 durante o período analisado, apesar de os exportadores brasileiros não cessarem de dizer que o ajuste cambial influencia a competitividade.

O acirramento da concorrência

Indo mais além e considerando que os países fora da OCDE possuem 82% da população mundial, a produção global atual significa uma disponibilidade *per capita*/ano de 86 kg de carnes na OCDE e de apenas 26 kg *per capita*/ano (menos de um terço) nos quase 170 países sem acesso à OCDE.

É interessante observar que o consumo *per capita* brasileiro de carnes, previsto para este ano, é de 83,7 kg. Isso significa que, pelo menos nas carnes, o Brasil aparenta já estar inserido entre os chamados "países desenvolvidos".

## BRASIL AVANÇA

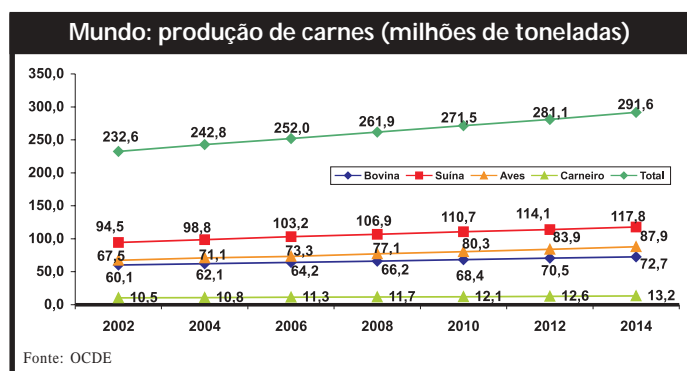
O Brasil deverá ser o maior ganhador do lado dos exportadores agrícola-

las, nos próximos dez anos, superando os Estados Unidos no comércio global de produtos como oleaginosas, e a Austrália, no comércio de carne bovina.

Muito dependerá da própria estabilização econômica do País. O estudo prevê para a "primeira potência econômica" uma taxa de crescimento anual de 4% em média, ante o avanço de 2,6% na zona da OCDE.

O Brasil deixará para trás os EUA no comércio de oleaginosas. A exportação brasileira deve pular de 23,4 mi-

lhões de toneladas, em 2004, para 36,1 milhões em 2014 (54,3%). Já os EUA devem crescer de 30,5 milhões para 33,6 milhões (10,2%). Em dez anos, a exportação argentina de oleaginosas poderá ser a metade da brasileira.



## Subsídio continua forte

De acordo com a OCDE, o Suporte Total ao Produtor (PSE) é um dos mais baixos no Brasil, no mesmo patamar da Austrália e da Nova Zelândia. O cálculo do PSE engloba o subsídio direto, incluindo taxas de juros favorecidas à agricultura familiar, e indireto, como a transferência de renda do consumidor para o produtor. Os subsídios representaram US\$1,3 bilhão nos últimos três anos. O apoio total dado à agricultura seria de US\$2,6 bilhões, cerca de 0,5% do PIB. Desse total, 75% são recursos diretos ao agricultor, contra 25% para infra-estrutura e outros serviços.

O baixo índice de subsídios força o setor agrícola brasileiro a crescer com mais competitividade. A desvalorização do real no final dos anos 90 e a isenção de ICMS para as exportações agrícolas tiveram efeitos positivos. Para a OCDE, a diversificação da balança agrícola do País fortalece o papel da soja e carnes, além da conquista de novos mercados, como China e Rússia, responsáveis em parte pelo aumento da produção e exportação brasileira.

Em contrapartida, na União Européia, nos Estados Unidos e em outros países ricos, as ajudas foram ampliadas em 12%, no ano passado, para US\$ 112 bilhões. O aumento ocorreu à medida que os preços das *commodities* agrícolas recuavam. As tarifas e outras restrições comerciais forneceram ajuda adicional estimada em US\$167 bilhões. O total de US\$279 bilhões representou 30% da renda dos produtores rurais nos 30 países da OCDE. O arroz foi o produto que mais recebeu subsídios, seguido por açúcar, leite, grãos e carne bovina. A Turquia foi o país líder na concessão de auxílio financeiro aos produtores do campo, seguida por Suíça e Japão. Estados Unidos e União Européia também estão entre os 10 primeiros da lista.

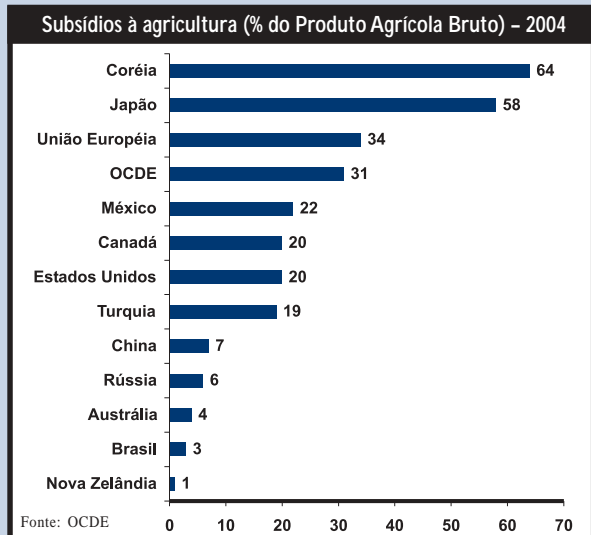
Espécie de "clubes dos desenvolvidos", a OCDE é integrada por 30 países, a maioria deles (23), europeus, e completam o "time": EUA, Canadá e México, nas Américas; Japão e Coreia, na Ásia; e Austrália e Nova Zelândia, na Oceania. Mesmo sob pressão da comunidade internacional, os países mais ricos do mundo fizeram em 2004 um esforço para reduzir seus subsídios agrícolas.

Em final de junho último, o ministro da Agricultura da União Européia decidiu que os 25 países-membros vão desembolsar 2,7 bilhões para o desenvolvimento rural do bloco. O acordo foi fechado em Luxemburgo. O desembolso vai ocorrer entre 2007 e 2013, com o objetivo de estimular o cultivo de produtos mais competitivos, a proteção ambiental e a criação de empregos no campo.

Os recursos não integram o orçamento agrícola da União Européia, em discussão pelos membros do bloco, até agora, sem entendimento entre as lideranças. A 'queda de braço' é difícil. A comissão para agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, defende uma Política Agrícola Comum para a UE. Uma posição contrária às críticas do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, de que se gasta muito com subsídio ao setor, responsável por 40% do orçamento da UE e por 0,3% do seu PIB.

Tudo isso é uma demonstração categórica de que o acordo agrícola iniciado na OMC em 1994, com a Rodada do Uruguai do antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), e atualmente em curso com a Rodada de Doha (lançada em 2001), ainda não surtiu efeito. Apesar de ter havido uma previsão em torno da liberalização do comércio agrícola, aconteceu o contrário. E junto com o aumento no subsídio, o mundo assistiu ao fracasso das negociações em Seattle (EUA), em 1999, e em Cancun (México), em 2003.

Ministros do Comércio de 148 países tentam criar estrutura para padronizar e reduzir a quantia de ajuda agrícola fornecida pelos governos, a ser apresentada na reunião de cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro, em Hong Kong.





A China, por sua vez, deverá consolidar sua posição de primeiro importador mundial de oleaginosas, o que significa expansão sensível do mercado global do produto. Os países da OCDE não deverão ganhar terreno como fornecedores, porque a extensão do mercado será ocupada justamente por exportações do Brasil e da Argentina.

Os dois países do Mercosul aumentarão suas exportações de oleaginosas, porque suas indústrias esmagadoras – o segmento é dominado por multinacionais – não conseguem acompanhar a expansão da produção doméstica. A superfície destinada à cultura da soja deve crescer 1,2% por ano nos países que não fazem parte da OCDE e seguir relativamente estável no restante dos países.

Com relação à carne bovina, o Brasil vai consolidar sua liderança nas exportações. Os embarques do País continuarão no mesmo ritmo e chegarão a 1,6 milhão de toneladas em 2014, enquanto a concorrente Austrália, por exemplo, deverá assistir a um tombo de 1,3 milhão para 1 milhão de toneladas em dez anos. A explicação da FAO é que os australianos estão perdendo competitividade em relação ao Brasil. A União Europeia manterá sua condição de importador líquido. EUA e Canadá vão demorar a retomar fatias de mercado perdidas com a doença da "vaca louca".

Os países do Mercosul ocuparão um lugar cada vez maior na exportação de

carne bovina, impulsionados pelo Brasil. Os volumes suplementares de carne suína para abastecer o mercado mundial também deverão sair do Brasil. Além disso, o País conservará a ponta na exportação de carne de frango. Seus embarques podem passar de 2,5 milhões de toneladas em 2004 para 2,996 milhões em 2014. Já as vendas americanas pulariam de 2,4 milhões para 2,8 milhões.

O fluxo de comércio Sul-Sul domina os mercados de açúcar, arroz e óleos vegetais, e o Brasil, mais uma vez, tem destaque. O País deverá continuar como primeiro exportador mundial de açúcar. As vendas do produto não refinado e branco podem crescer perto de 44% nos próximos dez anos. As exportações brasileiras de açúcar bruto passariam de 10,8 milhões de toneladas em 2004 para 15,5 milhões em 2015, enquanto as exportações de açúcar branco dobrariam para 7,3 milhões de toneladas. Neste caso, a Rússia deve continuar como maior importador.

No caso do arroz, os Estados Unidos vão ter exportações em alta principalmente para a UE. As projeções para óleos vegetais indicam que Brasil e Argentina, embora aumentando as exportações, continuarão tendo fatia relativamente modesta em relação às exportações de produtores de óleo de palma, como Indonésia e Malásia. ■

## Recorde histórico no primeiro semestre

A receita cambial obtida com as exportações de produtos agrícolas de janeiro a junho deste ano somou US\$20,2 bilhões, recorde histórico para o primeiro semestre do ano e 9% superior à obtida em igual período de 2004. Nos seis meses do ano, as importações do setor cresceram 2,9%, totalizando US\$ 2,481 bilhões. Como consequência, o superávit é de US\$ 17,7 bilhões, superior em 10% ao resultado de igual período de 2004.

O destaque é o aumento de 31,5% na receita com exportação de carnes, de 73% na venda de açúcar e álcool, de 62,6% de café, de 28,8% de fumo e tabaco, 13,9% nas exportações de frutas e hortaliças e de 19,2% na receita com vendas de leite, laticínios e ovos. De modo geral, a área de grãos sofreu com a baixa das cotações no mercado internacional.

A queda das exportações resultou principalmente da variação negativa das vendas do complexo da soja. A distribuição do fluxo de exportação de soja no ano passado, caracterizado por maior concentração em junho, em comparação com anos anteriores, influenciou o resultado.

As exportações do complexo da soja no primeiro semestre de 2005 somaram 18,9 milhões de toneladas, mesmo volume embarcado nos seis meses do ano passado. A receita obtida com essas vendas, no entanto, caiu de US\$ 5,460 bilhões no pri-

## Apoio aos agricultores na China

A China está elevando o volume de subsídios concedidos a seus agricultores. O aumento da ajuda coincide com a expansão da demanda doméstica e com a meta do país de alcançar a auto-suficiência alimentar em 2020. O apoio representa 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e 7% do valor da produção agrícola, perto do limite (8,5%) permitido pela OMC.

O mais polpudo auxílio governamental na China é dado a produtores de milho, e o menor é concedido à pecuária. O grau nacional de auto-suficiência alimentar é de 95%. O desafio é como chegar aos 100% até 2020. Cerca de 200 milhões de agricultores produzem em propriedade média de 0,65 hectare.

A produção de grãos é intensiva em tecnologia e demanda escala. Daí o sucesso do Centro-Oeste brasileiro. Já a China tem agricultura intensiva em mão-de-obra e sofre restrições hídricas. Os chineses foram aconselhados a se concentrar em produções como as de frutas e vegetais. Mas Pequim insiste em que há muito risco no mercado, quer buscar a auto-suficiência, e isso passa por maior produção de grãos. Nesse contexto, o Brasil, que destina à Ásia, principalmente China, 18% de suas exportações agrícolas, não tem aparentemente motivos para se preocupar. Analistas não têm dúvidas de que a China continuará sendo um grande mercado para as exportações agrícolas brasileiras, diante do enorme potencial de demanda interna.

meiro semestre de 2004 para US\$ 4,366 bilhões nos seis meses deste ano. O resultado se deve à queda de 20% nos preços internacionais. O ritmo de exportação da soja se mostra regular em relação a anos anteriores e está de acordo com as projeções dos analistas, que apontam queda de 20% na receita cambial.

É interessante mencionar que as exportações do agronegócio renderam US\$ 4,206 bilhões em junho deste ano, 4,5% abaixo do valor exportado no mesmo mês de 2004. As importações de produtos agrícolas somaram US\$ 431 milhões, o que representa queda de 2,5% em comparação com junho de 2004. O saldo comercial somou US\$ 3,775 bilhões, contra US\$ 3,961 bilhões de saldo de junho de 2004.

No ano passado, as exportações do agronegócio cresceram 27,5%, somando US\$ 39 bilhões. A tendência é de que o aumento se mantenha no patamar atual, de 9%. A queda ocorrida em junho pode ser um sinal de desaceleração.

Até agora, os números são bons, mas o resultado é maior por quantidade do que por remuneração. A renda do setor cai, apesar de o saldo comercial ser maior. Apesar de o câmbio ser favorável à importação, não deve haver redução significativa no saldo da balança comercial, que poderá ficar próximo ao do ano passado, de US\$ 40,5 bilhões. A tendência é de compras maiores para o milho e trigo (para garantia de abastecimento) e para o leite.

## Crescimento das vendas de carnes estimula o mercado de ração

Diante do crescimento das exportações brasileiras de carnes e da queda nos preços do milho e da soja – principais insumos da ração –, o setor de ração animal fez uma revisão nas suas metas de produção para este ano. O Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) estima que a produção nacional alcançará 48 milhões de toneladas neste ano, volume 10,6% acima do registrado em 2004. A estimativa feita em dezembro era de 47 milhões de toneladas, ante os 43,34 milhões em 2004. Em receita, o setor mantém previsão de crescer 7,1%, saindo de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 9 bilhões.

Com a queda nos preços das matérias-primas, houve pressão para reduzir os preços das rações, daí o crescimento do setor em receita ser menor do que em volume. A queda do dólar frente ao real

também ajudou a pressionar as cotações. O consumo de milho para ração deverá crescer 7,7%, para 28 milhões de toneladas este ano. O de soja deve aumentar 15%, para 10 milhões de toneladas.

O quadro favorável na área de carnes estimula o crescimento de fábricas de ração montadas dentro das fazendas pelos pecuaristas para o consumo próprio. As expectativas são de manutenção do ritmo de exportações alcançado em 2004, quando os embarques somaram 105 mil toneladas, com receita de US\$ 120 milhões.

Produção nacional de ração - mil toneladas				
Setor	2002	2003	2004	2005 (*)
1. Avicultura	23,1	22,7	24,4	25,8
Corte	19,2	19,1	20,8	22,0
Postura	3,9	3,6	3,6	3,8
2. Suinocultura	12,6	12,4	11,5	12,8
3. Bovinocultura	3,6	3,5	5,2	5,9
Corte	0,6	0,5	1,4	1,6
Leite	3,0	3,0	3,8	4,3
4. Equinocultura	0,4	3,5	5,2	1,6
5. Aquicultura	0,2	0,3	0,2	0,2
6. Pet Food	1,2	1,2	1,4	1,4
7. Outros	0,5	0,2	0,3	0,3
Total	41,6	40,8	43,4	48,0

Fonte: Sindirações - (\*) estimativa

## Brasil: balança comercial do agronegócio

PRODUTO	JAN a JUN/2005 (a)			JAN a JUN/2004 (b)			VAR. (%) (a/b)		
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO
COMPLEXO DE SOJA	4.366.408	70.399	4.296.009	5.460.155	78.032	5.382.123	-20,0	-9,8	-20,2
CARNES	3.634.046	45.604	3.588.442	2.762.398	39.715	2.722.683	31,6	14,8	31,8
AÇÚCAR E ALCOOL	2.072.777	179	2.072.598	1.196.920	226	1.196.694	73,2	-20,8	73,2
MADEIRA E SUAS OBRAS	1.911.165	42.100	1.869.065	1.702.001	34.598	1.667.403	12,3	21,7	12,1
PAPEL E CELULOSE	1.657.412	409.317	1.248.095	1.438.569	350.129	1.088.440	15,2	16,9	14,7
COURO, PELES E CALÇADOS	1.486.759	108.118	1.378.641	1.366.944	97.321	1.269.623	8,8	11,1	8,6
CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	1.324.859	13.327	1.311.532	807.875	11.263	796.612	64,0	18,3	64,6
FUMO E TABACO	664.759	16.266	648.493	516.252	13.277	502.975	28,8	22,5	28,9
SUCOS DE FRUTAS	607.302	59.566	547.736	553.936	40.522	513.414	9,6	47,0	6,7
ALGODÃO E FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS	602.097	111.430	490.667	571.028	185.401	385.627	5,4	-39,9	27,2
FRUTAS, HORTALIÇAS E PREPARAÇÕES	290.961	182.306	108.655	255.479	132.881	122.598	13,9	37,2	-11,4
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	197.976	577.707	-379.731	679.528	700.524	-20.996	-70,9	-17,5	1.708,6
PESCADOS	188.238	147.804	40.434	195.447	135.955	59.492	-3,7	8,7	-32,0
CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	158.007	69.830	88.177	144.109	55.390	88.719	9,6	26,1	-0,6
LEITE, LATICÍNIOS E OVOS	76.497	75.227	1.270	64.193	42.692	21.501	19,2	76,2	-94,1
BEBIDAS	29.589	63.713	-34.124	26.321	55.677	-29.356	12,4	14,4	16,2
BORRACHA NATURAL	260	122.618	-122.358	100	104.603	-104.503	160,0	17,2	17,1
DEMAIS PRODUTOS	931.507	365.753	565.754	754.884	333.217	421.667	23,4	9,8	34,2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.200.619</b>	<b>2.481.264</b>	<b>17.719.355</b>	<b>18.496.139</b>	<b>2.411.423</b>	<b>16.084.716</b>	<b>9,2</b>	<b>2,9</b>	<b>10,2</b>



# Temporada 2005/2006 terá R\$ 53,3 bilhões

O governo destinará R\$ 44,35 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2005/06, o que representa um acréscimo de 12,4% sobre o valor programado para a safra passada. Do total, R\$33,2 bilhões vão para o financiamento do custeio e comercialização da produção, superando em 15,5% o montante previsto em 2004/05. Desses recursos, 63% terão juros controlados, com um aumento de 18% sobre a temporada anterior.

Somando os R\$9 bilhões destinados à agricultura familiar, a safra 2005/2006 contará com R\$53,35 bilhões para financiamento, custeio e comercialização.

Os recursos para investimentos tiveram um aumento de 4,2% sobre 2004/05, chegando a R\$ 11,1 bilhões. A ideia é valorizar os investimentos em projetos de adequação ambiental e sanitária, e de agregação de valor aos produtos agropecuários.

Os programas de financiamento coordenados pelo MAPA, com verba do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), terão mais de R\$9 bilhões em 2005/06, com um aumento de 5,2% sobre o período anterior. O Moderfrota terá R\$ 5,5 bilhões para

financiar a compra de máquinas.

Os encargos financeiros das linhas de crédito serão os mesmos fixados para a safra 2004/05. A política de manutenção dos juros fixos para o financiamento rural é um ponto positivo, diante da escalada da taxa básica. Nas últimas três safras, o montante para o crédito rural cresceu 61% e deve bater o recorde em 2005/06, enquanto a verba para os investimentos agrícolas aumentou 79%.

Os produtores que adotarem práticas de preservação ambiental, de rastreabilidade animal e de integração lavoura-pecuária terão recursos adicionais de 15% e limites independentes entre o custeio agrícola e o pecuário. Foram mantidos os mesmos limites de adiantamento de crédito por tomador.

vê a correção dos preços mínimos do alho, arroz, castanha de caju e do Pará, cera de carnaúba, feijão, guaraná, juta, milho, malva, pó cerífero de carnaúba e sisal.

O reajuste dos preços procura ampliar o apoio às culturas das regiões Norte e Nordeste e incentivar o plantio de mamona, visando contribuir para o programa de produção de biodiesel.

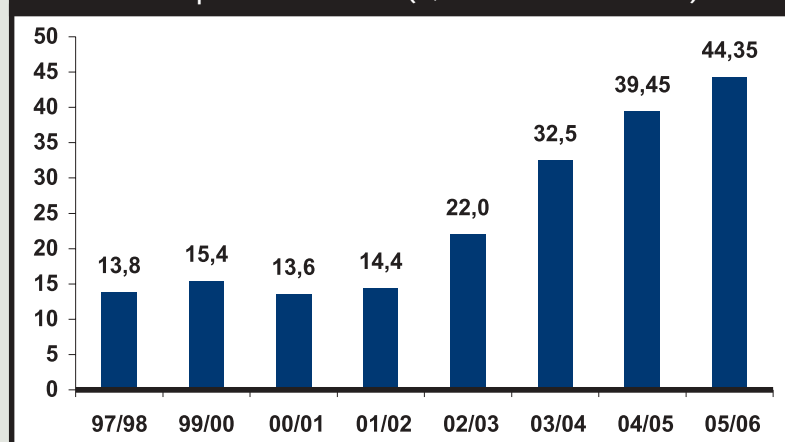
## DÍVIDA DA SECA

O governo vai prorrogar o prazo de pagamento da dívida dos agricultores gaúchos que tiveram perdas com a estiagem no sul do País, uma das piores dos últimos 40 anos. Serão renegociados R\$3,5 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos quais, R\$2 bilhões são referentes ao

## PREÇOS MÍNIMOS

O Plano Agrícola e Pecuário pre-

Recursos para o crédito rural (R\$ bilhões – sem PRONAF)



programa Moderfrota (destinado à modernização da frota de tratores), e R\$1,5 bilhão, ao Finame-Especial (que financia a compra de máquinas e equipamentos).

Pela negociação, as dívidas de investimentos (compra de máquinas, equipamentos e veículos), que vencem este ano, só começarão a ser pagas pelos produtores dos municípios onde foi declarado estado de calamidade pública após a liberação da última parcela dos empréstimos feitos junto ao BNDES. Está ainda em negociação a liberação de R\$300 milhões para financiar as cooperativas.

Com relação ao custeio da safra de verão (compra de sementes e insumos), o Banco do Brasil negocia a dívida dos agricultores dos municípios onde a produção caiu mais de 50% por causa da seca. Neste caso, os agricultores devem pagar este ano apenas 20% do total da dívida, e o restante será negociado entre três e cinco anos.

Para minimizar os prejuízos no sul do País, o governo deverá investir cerca de R\$1 bilhão no Programa de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a compra de cestas básicas para pequenos produtores desta região.

Outra medida em análise é a alocação de recursos do Orçamento, dentro das Operações Oficiais de Crédito, em que o governo garante a aquisição de produtos, leilões e escoamento de produção, de forma a tirar a pressão de venda dos estados produtores e aliviar a comercialização dos produtos que tiveram safra recorde.

## NOVA LINHA

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou a liberação de R\$3 bilhões para crédito na área rural, dentro de um mecanismo de financiamento completamente inovador. Os recursos serão destinados à repactuação de dívidas que produtores firmaram com fornecedores de insumos no ano passado, e que não puderam

ser pagas devido à frustração de safra causada por estiagem, em 2005. Dessa forma, o crédito será liberado diretamente ao fornecedor do insumo, em valor idêntico ao débito do produtor.

O mecanismo é destinado apenas a produtores que estejam em municípios nos quais houve reconhecimento, pelo Governo federal, de situação de emergência causada pela seca em 2005. Na prática, o programa está direcionado a 886 municípios, distribuídos por 15 Estados.

A resolução do Codefat, que estabelece uma nova linha de crédito, deverá ser publicada no Diário Oficial da União, permitindo que a contratação dos financiamentos comece a ser praticada uma semana após a publicação, por meio da rede do Banco do Brasil. Nesta nova linha, não há equalização de taxas de juros pelo Tesouro, portanto, não é gerado ônus para o Governo.

O mecanismo criado estabelece que o produtor (devedor) e o fornecedor (credor) procurem, juntos, o banco

para obter o financiamento, com comprovantes do total da dívida. O devedor emitirá uma Cédula do Produto Rural Financieira (CPRF), endossada pelo credor. O título é entregue

ao banco, que libera os recursos ao fornecedor, que tinha dívida a receber. O produtor rural assumirá a dívida e pagará juros de 8,75%, com prazo de dois anos. O fornecedor pagará, nessa operação, um *spread* de 5,0%.

A operação é vantajosa para ambos, pois o fornecedor recuperará capital de giro e o produtor, a capacidade de investir, ou seja, continuará comprando insumos para a lavoura. Oficialmente, o nome da nova linha de crédito especial é FAT - CPRF/CDCA. Não há teto para financiamento, mas a proposta é pulverizar ao máximo a aplicação dos recursos. As operações estão susceptíveis à fiscalização por parte do Codefat e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Banco do Brasil tem até 30 de outubro para realisar as operações desta nova linha de financiamento. ■

# Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes

EVARISTO MARZABAL NEVES\*

No ranking mundial dos países consumidores de fertilizantes (NPK), o Brasil ocupa o quarto lugar, precedido pela China, pelos EUA e pela Índia (Tabela 1). Entre os maiores consumidores, é o país que apresenta maior evolução, tendo em 2003, experimentado uma variação de 24,3% sobre 2002.

Consumo mundial de NPK pelos países, 2002-2003

País	NPK (tonelada) 2002	NPK (tonelada) 2003	Variação % 2003/2002
China	39.566	38.900	-1,7
EUA	19.298	19.650	1,8
Índia	16.088	16.798	4,4
Brasil	7.551	9.385	24,3
França	3.967	3.982	0,4
Outros	55.504	56.790	2,3
Total	141.974	145.505	2,5

Fonte: IFA/ANDA, abril de 2005

Em 2003, do consumo mundial total, China, EUA, Índia, Brasil e França representaram 60,9%. Em 2002, o Brasil demandou 5,3% do consumo total mundial de NPK, que, em comparação com 2003, evidencia que é o que vem apresentando maior crescimento relativo entre os grandes países consumidores.

Nesta década, estatísticas da ANDA contabilizam no total de entregas de fertilizantes no País um salto de 38,9%, passando de 16,392 milhões de toneladas em 2000 para 22,767 milhões em 2004.

Os destaques cabem aos grãos (cereais e leguminosas) e às fibras com crescimento de 32,4% na área, quando se tomam as seguintes cinco culturas; soja, milho, algodão trigo, cana e café. A soja, em ter- ▶





► mos absolutos, é o carro-chefe desta evolução.

É evidente que a expansão do cultivo elevou a demanda por fertilizantes no Brasil. As cinco culturas consideradas representaram em 2003 e 2004, respectivamente:

- 4/5 do consumo total de fertilizantes no País (79,4% e 79,2%), excluindo as pastagens e o reflorestamento.

- 70,0% e 70,8% do total de área plantada com as principais culturas, incluindo, entre outras: arroz, feijão, trigo, batata, fumo, laranja, banana, sorgo e tomate.

É importante verificar que o consumo total brasileiro de fertilizantes dessas cin-

co culturas (ao redor de 80%) supera relativamente as suas áreas totais plantadas no País (cerca de 70%).

Na média brasileira, pode-se determinar a demanda (consumo) relativa (kg/ha) das 5 culturas em 2004. A relação entre consumo total e área plantada em 2004 determinou um consumo médio para a soja de 385 kg/ha; para o milho, de 300 kg/ha; para a cana-de-açúcar, de 480 kg/ha;

para o café, de 560 kg/ha; e para o algodão, ocorreu o maior consumo médio, ao redor de 901 kg/ha. ■

\* Professor Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP.  
E-mail: emneves@esalq.usp.br.

# Contratos de soja verde estão ameaçados

CHRISTIANE LELES REZENDE  
DECIO ZYLBERSZTAJN  
ÉERICA GORGA

N a década de 90, cresceu o uso de contratos de venda antecipada de soja para indústrias esmagadoras e *tradings*, para a obtenção de crédito. Esta operação é caracterizada como contrato de compra e venda a termo, tendo como objeto a comercialização de parte da produção de soja a ser colhida. O contrato tende a ser padronizado, sendo o preço e a quantidade determinados no momento de conclusão do mesmo, com base no preço futuro da soja. Tais contratos são conhecidos como Contratos de soja verde.

Nas safras de 2002/2003 e 2003/2004, o preço da saca de soja atingiu picos no mercado físico, diferenciando-se do preço definido no contrato de venda antecipada. Como decorrência, houve descumprimento de contratos, e conseqüentemente, o ajuizamento de ações judiciais.

O rompimento dos contratos no momento da liquidação dos mesmos e os mecanismos alternativos utilizados para a solução das disputas pós-contratuais motivaram a realização de um estudo que faz parte da pesquisa: "Contratos e Instituições nos Agronegócios", conduzida na

Brasil: estimativas de entregas de fertilizantes (mil toneladas)

Cultura	Fertilizantes (mil t)			
	2003	%	2004	%
Soja	8.616	38,6	8.838	39,7
Milho	3.964	17,8	3.731	16,7
Cana-de-açúcar	2.692	12,1	2.695	12,1
Café	1.383	6,2	1.331	6,0
Algodão	1.040	4,7	1.078	4,8
Outras	4.602	20,6	4.607	20,7
Total	22.307	100,0	22.280	100,0

Fonte: Anuário Estatístico 2004 - ANDA, abril de 2005

Brasil: área plantada pelas 5 Culturas com maior consumo de fertilizantes

Cultura	Área (milhão de hectares)			
	2003	%	2004	%
Soja	21,5	34,1	22,9	36,5
Milho	13,2	20,9	12,4	19,7
Cana-de-açúcar	5,8	9,2	5,6	8,9
Café	2,5	4,0	2,4	3,8
Algodão	1,2	1,8	1,2	1,9
Outras	19,0	30,0	18,4	29,2
Total	63,2	100,0	62,9	100,0

Fonte: LSPA/IBGE, janeiro de 2005

USP, e cujo objetivo é a elaboração de sugestões de políticas públicas e estratégias privadas para a melhoria do ambiente de negócios. A compreensão das motivações dos atores envolvidos na transação pode permitir adequar os arranjos institucionais visando ao seu aperfeiçoamento.

Os contratos de compra e venda antecipada de soja podem determinar o adiantamento de recursos, quer na forma de financiamento direto quer na forma de fornecimento de insumos agrícolas da parte compradora para a parte vendedora, ou podem apenas definir o preço e a quantidade que serão comercializados após a colheita.

Quando há adiantamento de recursos, os compradores exigem garantias reais. Em geral, esses contratos também são garantidos por emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), que pode ter o aval do Banco do Brasil, garantindo a entrega do produto mesmo no caso de frustração de safra.

Nas safras 2002/2003 e 2003/2004, no momento da entrega do produto, o sojicultor foi incentivado a descumprir o contrato a termo para vender a soja no mercado físico por preço superior ao contratado. O Gráfico 1, contendo a série histórica

de indicadores de preços em Reais de 1997 a 2005, elaborado pelo CEPEA/ESALQ, mostra os picos, principalmente, em março de 2004 (R\$ 55,3).

Nas entrevistas realizadas com os atores, foi relatado que o número de quebras contratuais envolvendo financiamento garantido por CPR é reduzido, pois afetaria o financiamento das safras seguintes, ou seja, a preocupação do produtor de soja com a sua reputação alinha seus interesses com os do comprador e evita o problema de quebra contratual.

As quebras contratuais ocorrem, em sua maioria, nos contratos de compra e venda a termo, que visam somente fixar o preço. Nestes casos, não são exigidas garantias reais e o valor da multa estipulada para descumprimento varia. Os produtores alegam que houve alteração na condição do ambiente econômico e o contrato original deve ser revisto à luz da nova realidade. As empresas compradoras alegam que assumiram posições com outros agentes na cadeia de distribuição da soja, incorreram nos custos de pagar antecipadamente a obrigação, fornecendo crédito ao agricultor, e tiveram frustração no seu fluxo de planejamento. Qualquer que seja a interpretação, se con-

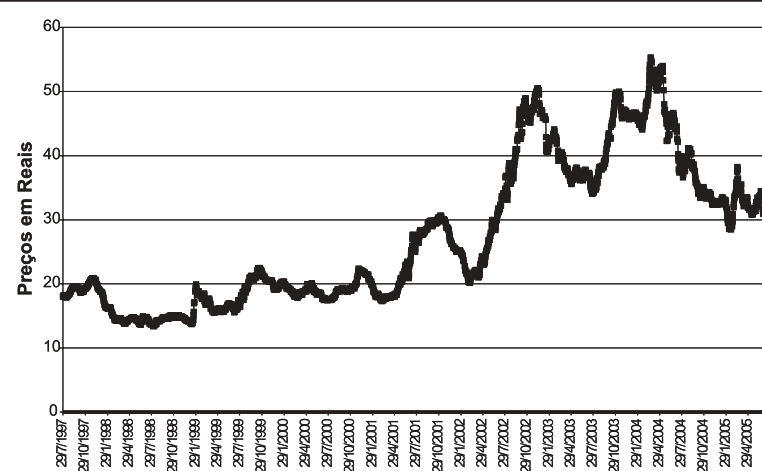
figurou um problema pós-contratual que acarretou abalos na coordenação do sistema agroindustrial da soja.

Nos casos em que houve antecipação de recurso financeiro, alguns advogados recomendaram aos produtores o não rompimento do contrato, pois acreditavam como certa a decisão da justiça em favor da empresa que forneceu financiamento, já que houve o cumprimento da obrigação com desembolso antecipado. Esta situação demonstra que quando as decisões judiciais são previsíveis há uma sinalização da justiça, o que implica na redução da demanda por ações judiciais. Foi possível perceber que o nível de garantias exigidas no contrato influenciou no cumprimento do mesmo.

Agricultores que optaram por cumprir seus contratos comentaram que o fizeram para garantir a sua reputação. Na soja, todo ano há uma nova negociação, e o produtor teme a retaliação nas negociações seguintes. Na tomada de decisão, a parte avalia se os ganhos serão menores que as sanções, jurídicas ou econômicas. As sanções jurídicas são estipuladas nos contratos na forma de multas e são passíveis de coerção judicial. As sanções econômicas não são escritas no contrato, mas têm importância, sobretudo nas próximas relações, como ocorre com o efeito na reputação.

As ações judiciais observadas versam sobre conflitos semelhantes, porém as decisões dos tribunais sobre as mesmas se mostram díspares, com diferentes decisões sobre o mesmo problema. A argumentação dos advogados em defesa dos produtores rurais se baseia na ocorrência de fatos imprevisíveis que afetaram negativamente a atividade produtiva, ele-

Série histórica de indicadores de preços em Reais de soja (saca de 60 Kg)



Fonte: CEPEA/ESALQ





vando os custos de produção. Fundamentam-se na teoria da imprevisão do código civil, na função social do contrato e ganho excessivo da empresa pela valorização da soja no mercado. Segundo os produtores, não foi possível discutir as cláusulas contratuais *ex-ante*, pois os contratos são padronizados,

o que fortalece o argumento da existência de uma parte hiposuficiente no ato da contratação.

A argumentação dos advogados em defesa das indústrias sustenta que a oscilação dos preços dos insumos, do câmbio e das condições meteorológicas é previsível. O argumento também se baseia na legitimidade do negócio e no fato de o objetivo de um contrato desta natureza consistir em evitar o efeito da oscilação de preços para as duas partes. Portanto, trata-se de argumento que focaliza o papel do contrato como redutor das incertezas do ambiente.

O princípio da função social do contrato tem sido acolhido pelos tribunais como justificativa para a resolução de contratos de compra e venda de soja. Em uma Apelação Cível, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reformou a sentença de 1ª instância de uma comarca do interior do Estado, permitindo a extinção do contrato de compra e venda de soja, segundo os motivos: "a teoria

contratual se pauta não mais pela rigidez do princípio *pacta sunt servanda*, mas, sim, pelos princípios da função social do contrato, da boa fé e do equilíbrio econômico e na aplicação das Teorias da Imprevisão e da Lesão, arcabouço legal que permite ao Judiciário rever as cláusulas do contrato para restabelecer o equilíbrio sócio-econômico do pacto". Neste caso, o Tribunal determinou que a indústria envolvida comprasse a soja pelo preço na cotação do dia no mercado de Goiás e, se não o fizesse, que ficariam extintos os contratos de compra e venda de soja, bem como ficariam sem efeito as Cédulas de Produto Rural, relativas aos contratos em questão. O ônus da sucumbência recaiu sobre a indústria.

Em outro processo, o juiz de primeira instância que decidiu pela manutenção da obrigação contratual justificou sua sentença argumentando que produtos como a soja estão sujeitos a variações de preço e o produtor opta por vender antecipadamente a produção estimada, ou parte dela, visando recuperar os custos de produção e alcançar um lucro que considera razoável. Sua decisão foi de que: "Não prospera a modificativa do preço pactuado, devendo ser prestigiada a força obrigatória dos contratos, imprescindível para alcançar a estabilidade das relações jurídicas e a paz social".

Não há consenso na jurisprudência à cerca da resolução dos contratos de compra e venda. Porém, foi observado que as indústrias/*trading*s efetuaram menos contratos de compra antecipada de soja verde no ano seguinte às quebras, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No entanto, não está

claro se existe causalidade entre a insegurança jurídica, devido às diferentes decisões dos tribunais e à menor contratação da compra antecipada de soja nas regiões em que houve conflitos, tema cuja análise ainda será aprofundada na pesquisa.

De acordo com os agentes entrevistados, o número de contratos descumpridos foi pequeno em relação ao total de contratos cumpridos. Não há consenso sobre este número, que varia entre 2 e 20%. De acordo com produtores e indústrias, a redução no volume de contratos a termo se deve às seguintes razões: a) preço baixo da saca de soja, devido ao excesso de oferta; b) o produtor espera uma possível elevação de preços durante a safra, como aconteceu em 2003 e 2004; c) ocorrência de quebra ou descumprimento de contrato nas duas últimas safras.

A forma pela qual a quebra de contratos for conduzida nos tribunais gerará impactos nas estratégias das organizações. Se as "regras do jogo" não estiverem claras para os agentes, existirá incerteza, aumentando os custos de transação nas negociações e elevando a importância das sanções econômicas. É importante notar que o Judiciário influencia o ambiente de negócios, pois as suas decisões produzem efeitos que repercutem nas ações dos agentes privados. Ao decidir pela parte hiposuficiente, o juiz gerará efeitos secundários que acarretam a diminuição dos contratos, dificultando a negociação futura. As empresas ficarão receosas de negociar, se não puderem contar com a segurança jurídica de que o contrato será cumprido. A falta de consideração dos efeitos econômicos de segunda ordem pode ser interpretada como "miopia econômica" do Judiciário. ■

# Colheita avança no Centro-Sul

Segundo levantamento quinzenal feito pela União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), a colheita de cana-de-açúcar da safra 2005/06 está em ritmo acelerado no Centro-Sul do País. Até o dia 1º de julho, a colheita atingiu 107,467 milhões de toneladas, volume 29% superior, em comparação com o mesmo período da safra passada. A entidade estima uma produção de 345 milhões de toneladas de cana para esta temporada. Se forem confirmadas as estimativas, será um crescimento de 5,2% sobre a safra anterior. O aproveitamento da colheita nesta safra está bem melhor que o do ciclo passado.

Até o início de julho, a produção de açúcar totalizou 6,4 milhões de toneladas, 28% maior que o mesmo período de 2004. A produção de álcool, no período, ficou em 4,3 bilhões de litros, 40% a mais que no mesmo período do ciclo passado.

A expectativa é de que a colheita de cana termine até a segunda quinzena de novembro. Se o clima continuar favorecendo a colheita, a safra encerrará mais cedo este ano. Na sa-

fra passada, a de 2004/05, parte das usinas terminou o processamento da matéria-prima no mês de janeiro, por conta das chuvas que atrapalharam a colheita.

## BIOENERGIA

A expansão das vendas dos veículos bicompostíveis no Brasil a um nível acima do esperado leva a cadeia produtiva sucroalcooleira a rever o percentual da produção de cana a ser transformado em álcool e em açúcar.

Diante da prioridade para a produção de álcool, a atual safra 2005/2006 tende a ser

a mais alcooleira desde a safra 1999/2000. Isso vem confirmar a previsão da UNICA feita no início do ano.

Diante do alto preço do petróleo e da existência de álcool combustível relativamente barato no Brasil, as vendas de bicompostíveis dispararam e superaram a dos carros novos movidos à gasolina.

Uma maior produção de álcool irá reduzir a oferta de excedente expor-

tável de açúcar. As exportações brasileiras de açúcar devem permanecer estáveis em relação à safra passada. A expansão registrada na produção de cana foi direcionada para a produção de álcool.

## ESTOQUES DE ÁLCOOL

Mesmo assim, os estoques de passagem de álcool poderão estar apertados no final da safra. As exportações de álcool ficarão prejudicadas, em torno de 2,3 bilhões de litros, mesmo com a perspectiva de um crescimento na demanda internacional. O sentimento é de priorizar o mercado interno de álcool ainda que ocorra expansão na demanda externa de açúcar e álcool.

Os preços do açúcar no mercado internacional também são sustentados pelo comportamento dos produtores brasileiros. A expectativa é de o volume de açúcar disponível para exportação ficar no mesmo nível de 2004. Países exportadores, como Austrália, China, Tailândia e Cuba, enfrentam problemas climáticos e reduzirão a oferta externa. A atual pressão de alta de preços que o mercado exerce é um sinal de que os países consumidores utilizam seus estoques estratégicos.

A Organização Internacional do Açúcar (OIA) prevê baixa nos estoques mundiais, de 63,3 milhões de toneladas para 61,1 milhões de toneladas. Não será surpresa uma subida nos preços internacionais do açúcar, de 9 cents para 11 cents, em curto e médio prazo. Com relação ao álcool combustível, em condições normais, não há razões para ultrapassar R\$1 por litro. ■

## Etanol muda hábitos de consumo no Meio-Oeste dos EUA

Postos de gasolina, na região produtora de etanol do cinturão do milho nos EUA, vendem gasolina aditivada por entre sete e dez centavos a menos do que a gasolina comum. É uma demonstração do potencial do etanol como combustível, enquanto outros apontam questões de oferta e procura.

O fenômeno do preço é limitado a regiões onde o aditivo é produzido, porque o custo de transporte do etanol é alto.

A Casey's General Stores, que opera mais de 1,3 mil lojas de conveniência em nove Estados do Meio-Oeste, oferece "gasoálcol", uma mistura de 90% gasoli-

na e 10% etanol, em que o etanol é disponível.

No ano passado, os preços de combustível comum e aditivado estavam estáveis. As razões para a reversão do preço não estão completamente claras. Uma das causas é a melhoria na produção do etanol, que se firma como fonte competitiva de combustível.

Enquanto isso, estudos que comprovam o benefício ambiental trazido pela mistura em ques-

tão, da Renewable Fuels Association, associação que reúne os produtores norte-americanos de biocombustíveis, influenciam a decisão da EPA, agência de energia norte-americana, de recusar o pedido de licença especial dos estados da Califórnia, Nova York e Connecticut para

a implementação do Clear Air Act, pela substituição do MTBE como oxigenante da gasolina por etanol.

EUA: produção de álcool		
Ano	Litros por 35 quilos de grãos	
1995	8,7	
2000	9,5	
2005	10,5	

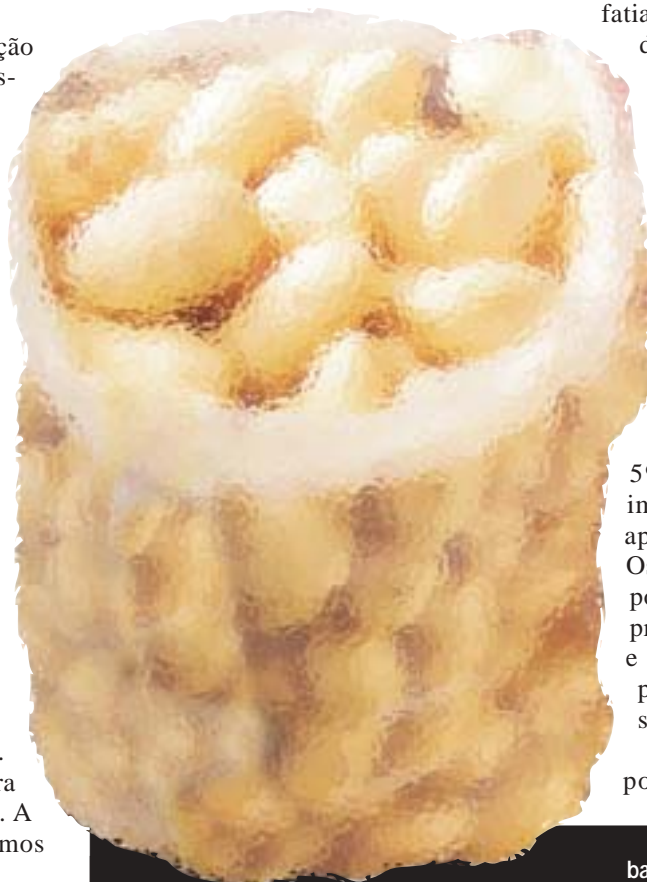


# Salto em produtividade

## Mais tecnologia e novas variedades melhoram a rentabilidade

**C**erca de 90% da produção nacional de batata estão concentrados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Se, no passado, a cultura de batata era uma lavoura típica das pequenas propriedades, com uso intensivo da mão-de-obra familiar, atualmente, em função da tecnologia, do emprego de novas variedades e modernas técnicas de gestão, o quadro sofreu abrupta mudança. Com o aparecimento de novas áreas, o desenho da cadeia produtiva ganhou outra configuração.

De fato, nos anos 70, a área nacional ocupada com batata alcançava 200 mil hectares, para gerar uma produção de 2 milhões de toneladas. Hoje, são 140 mil hectares para colher 3 milhões de toneladas. A produtividade média, em termos



de toneladas por hectare, saltou, no período, de 10 para mais de 20. Já o consumo in natura, em quilos per capita, a tomar por base a cidade de São Paulo, regrediu muito, de acordo com o Estudo Nacional de Despesas (ENDEF) do IBGE: passou de 133 para 69, de 1976 a 1995/96.

Um dos pontos fracos do agro-negócio é a comercialização concentrada no produto liso e comum, de baixa relação com a qualidade e uso do tubérculo. Embora o número de cultivares de importância seja ainda pequeno, cresce a utilização de batata processada no País, especialmente, as fritas, em fatias ou palitos, produzi-

das pelas indústrias de alimentos. Devido a isso, é crucial intensificar a informação aos consumidores a respeito da aptidão culinária e da qualidade final dos tubérculos após o processamento.

Em termos mundiais, a produção nacional corresponde a pouco mais de 5%. As exportações e importações brasileiras apresentam flutuações. Os maiores volumes importados são de batatas preparadas, conservadas e congeladas, seguidos pelas batatas frescas e sementes.

No tocante ao comportamento vegetativo

### As safras da batata no Brasil

Variedade de batata	Qualidade culinária
Ágata	Cozimento (*) – Fritura (*);
Monalisa	Cozimento (**) – Fritura (*);
Asterix	Cozimento (*) – Fritura (*);
Mondial	Cozimento (*) – Fritura (*);
Atlantic	Cozimento (*) – Fritura (**);
Bintje	Cozimento (**)
Aptidão média (*); Recomendada (**)	

#### Primeira safra - "da água":

Com plantio no começo do segundo semestre, o seu desenvolvimento ocorre durante a primavera. A colheita é feita no período que concentra as chuvas na região sul e sudeste, durante o primeiro trimestre; representa quase metade da produção nacional.

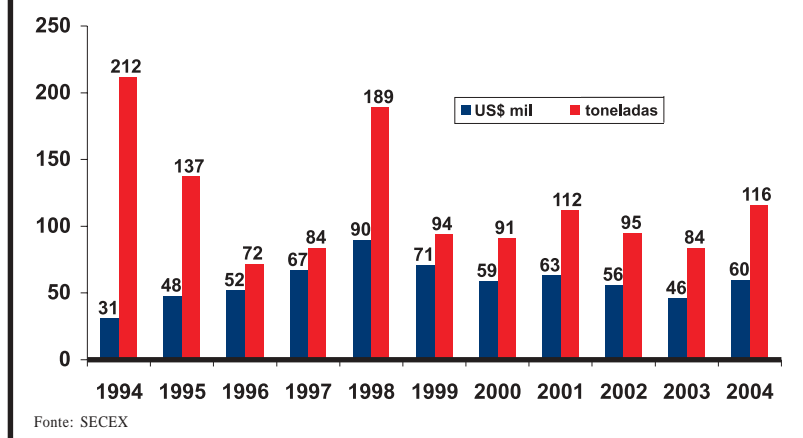
#### Segunda safra - "da seca":

O plantio ocorre durante janeiro, fevereiro e março; participa com 30% na produção nacional. A colheita também é desenvolvida na região nordestina, além do sul e sudeste.

#### Terceira safra - "de inverno":

Plantio no segundo trimestre e colheita no terceiro trimestre; representa cerca de 10% da produção nacional, mas tem importância estratégica, pois antecede à maior safra das águas.

Brasil: importação de batata



da batata, o ambiente afeta a sua velocidade de emergência, o desenvolvimento e o rendimento dos tubérculos. A planta é muito sensível às temperaturas do solo e do ar, à duração dos dias, à intensidade da radiação luminosa, à textura do solo e ao suprimento de água.

Com o consumo sem acompa-

nhar a evolução na produção, o mercado de preços da batata intercala períodos de alta e baixa. Isso compromete a sustentabilidade da renda dos produtores. As variedades comuns destinadas para massas, como Ágata, Caesar, Spunta e as regionais do sul, em média, apresentam menor valor quando

## Bom momento

No presente ano, os principais centros de distribuição atacadista do País, assim como no âmbito do produtor, os preços de comercialização da batata continuam firmes e com valores elevados. O atual cenário é motivo de euforia para todos os segmentos diretamente envolvidos com a atividade, haja vista que há muitos anos o setor enfrenta sérias dificuldades na comercialização do tubérculo e, não raras vezes, os agricultores acumulam prejuízos em razão dos baixos valores de venda do produto. O comportamento vigente é creditado, de modo muito particular, à redução havida na área de plantio da cultura e, por consequência, à obtenção de uma menor produção colhida em nível nacional.

Com efeito, de acordo com recentes informações do IBGE, tanto no primeiro plantio, o das águas, como no segundo, o das secas, os valores de plantio e de colheita, estimados para o ano agrícola 2004/05, se apresentam diminuídos, comparativamente aos resultados alcançados nas safras do ano passado. Na soma dos dois cultivos, os dados oficiais disponíveis revelam expectativas de colheita bruta de aproximadamente 2.301,6 mil toneladas do produto, ou seja, um volume 4,5% menor que o registrado na safra anterior. O total da área estimada de plantio é de 112,1 mil hectares, cerca de 6,1% menor.

O mercado já esteve mais aquecido e com valores de venda substancialmente mais elevados, de janeiro a maio, relativamente ao mesmo período verificado nos últimos anos. A projeção de uma menor oferta do produto se confirmou, uma vez que os níveis de movimentação ficaram bem ajustados aos dos níveis do consumo. Com a entrada da safra de seca, os preços diminuíram, mas seguem acima dos de 2004.

comparadas às batatas para frituras (Bintje, Baraka, Mondial, Monalisa, Omega e Asterix).

O produto comercializado é classificado por tamanho e agrupado por variedade e aptidão culinária (frituras ou massas). A lavagem e limpeza dos tubérculos consistem em uma prática em expansão, pois melhoram a aparência da pele, sem as manchas em decorrência das doenças ou alfinetes por causa das pegadas de pragas. Se não houver controle, ocorre o uso excessivo de defensivos químicos, com prejuízos

## Características das regiões produtoras

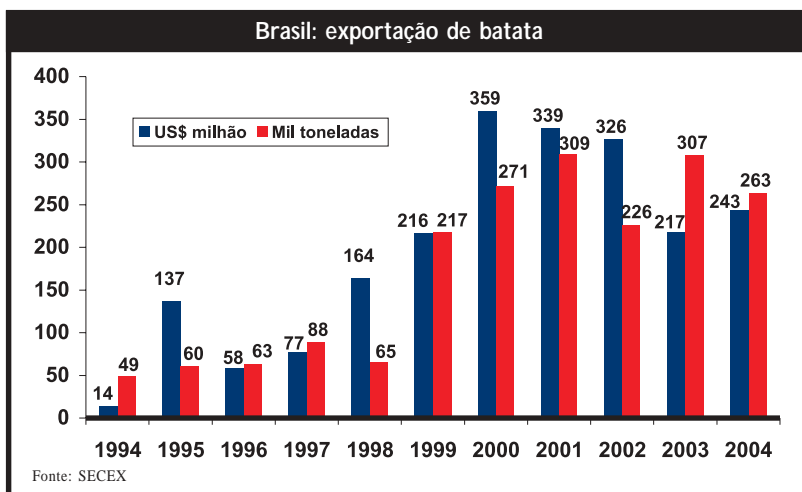
As áreas produtoras do Rio Grande do Sul são extensas, mas sem desenvolver alto padrão tecnológico, face à restrita disponibilidade de capital. No Paraná, a comercialização do produto *in natura* ocorre no primeiro semestre, mas o seu destino é como matéria-prima para o segmento industrial. Já Santa Catarina se destaca na produção da batata semente.

Com condições climáticas favoráveis para desenvolver o cultivo durante o ano todo, a liderança no *ranking* da produção é de Minas Gerais, basicamente, no Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba. A situação pode melhorar pela introdução de uma cultura gerencial mais associativista na administração da produção e comercialização, para melhorar a rentabilidade com maior produtividade e melhor qualidade das explorações.

Em Vargem Grande do Sul, uma das principais áreas produtoras do Estado de São Paulo, houve muito progresso técnico e comercial. Muitos de seus produtores se deslocam para Minas Gerais, por razões de competitividade produtiva.

Já Goiás e Bahia são forças emergentes, com a fixação de grandes produtores, tendo em vista a tecnologia para gerar uma produtividade acima do dobro da brasileira. Os dois estados já influenciam internamente a formação do preço.





ao meio ambiente e riscos de intoxicação para o consumidor. A mesma observação é válida para o consumo da água de lavagem, que diminui o tempo de vida do produto na prateleira.

Esta é, sem dúvida, uma das lavouras de mais alto risco da atividade primária, seja no aspecto da produtividade física como no da rentabilidade econômica. Segundo o Instituto de Economia Agrícola, o preço médio do tubérculo no mercado atacadista de São Paulo foi de R\$20,00 por saca de 50 quilos, entre 1998 e 2003. Para as despesas diretas com insumos e mão-de-obra na produção de alta tecnologia, estimadas em R\$ 14.000,00 por hectare, a colheita teria de ter sido no mínimo de 350 sacos por hectare. Além disso, existe toda a variação estacional de preços, que chegam a 30% em relação ao valor médio. É comum suceder excesso de produção em algumas safras, com a conseqüente diminuição dos preços.

Outro ponto a ressaltar é a falta

Brasil: produção e área cultivada de batata				
Safr	Área - mil hectares		Produção - mil toneladas	
	2003	2004	2003	2004
Primeira	75	72	1.438	1.441
Segunda	48	46	925	929
Terceira	24	20	684	513
Total	147	138	3.047	2.883

Fonte: IBGE

Brasil: produção de batata por região - mil toneladas						
Safr	Sudeste		Sul		Nordeste	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Primeira	726	733	712	708	-	-
Segunda	489	499	339	281	97	149
Terceira	-	513	-	-	-	-
Total	1215	1745	1051	989	97	149

Fonte: IBGE

de ações para explorar os segmentos de consumo com produtos de maior conveniência, facilidade e praticidade. Um bom caminho é diversificar o uso de variedades de acordo com o tipo de culinária, do cozimento à forma processada, como as cozidas, os purês, féculas, fritas e chips, para mostrar ao consumidor um produto saudável, livre de contaminações e riscos, produzido de acordo com as normas da produção integrada. ■

#### Mais informações:

Mercado de Batata no Brasil: análise da produção, importação e preços. Waldemar Pires de Camargo Filho e Humberto Sebastião Alves. Informações Econômicas, SP, v. 35, n. 5, maio de 2005.



MARCOS FAVA NEVES\*  
EVERTON MOLINA CAMPOS\*\*

**P**ara explicar o crescente interesse de pesquisadores e executivos do mercado no entendimento das cadeias produtivas a partir de uma abordagem sistêmica, destacam-se vários aspectos, dentre eles, a importância da integração de sistemas produtivos, seja para aumentar a eficiência ou minimizar conflitos.

Estudos sobre a coordenação de sistemas, custos de transação, relacionamentos formais e informais, cadeia de suprimentos, ca-

#### Números do sistema agroindustrial citrícola em 2003

- US\$3,23 bilhões, desconsiderando alguns setores, como o atacado e o varejo;
- Exportação de US\$1,33 bilhões, que representa 1,87% e 4,47%, respectivamente, dos valores totais e do agronegócio.



LARANJA

# Comportamento consumidor

nais de distribuição, entre outros, têm sido amplamente discutidos em congressos acadêmicos, com o objetivo de se compreender melhor os sistemas e desenvolver estratégias que visem à melhoria da citricultura como um todo.

No caso do sistema agroindustrial citrícola, seus agentes buscam:

1. Compreender os complexos processos de decisão de compra de seus clientes, pois os mesmos englobam a necessidade de compra de produtos ou serviços pelo consumidor;

2. A comunicação entre os membros da organização que se acham envolvidos na compra ou que usam o produto ou serviço;

3. A avaliação de alternativas para compras e os entendimentos necessários com as organizações fornecedoras.

O comprador da indústria no mercado interno de citricultura é composto de supermercados, hipermercados, feiras livres, empresas de embalagens, padarias, casas de sucos e redes de *fast food*. São organizações formais que estabelecem as necessidades de produtos e serviços a serem comprados e identificam, avaliam e escolhem alternativas de marcas e fornecedores.

Segundo dados da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, o setor atacadista faturou R\$64,1 bilhões em 2003. O setor é composto por 900 mil pontos de vendas e uma área de armazenagem de 4,1 milhões de metros quadrados. O setor gera 123 mil empregos diretos e tem 9 mil vendedores, 60 mil representantes comerciais, 26 mil veículos próprios e 22 mil veículos terceirizados. Especificamente para a citricultura, temos o CEAGESP como o 3º maior entreposto do mundo em movimentação de mercadorias, e que envolve mais de 4 mil produtores e atacadistas. O CEAGESP tem um movimento diário de R\$5

## Comportamento de compra do consumidor final em diferentes estabelecimentos

Pontos de vendas	Comportamento de compra do uco de laranja pelo consumidor
Padarias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior consumo no período da manhã e no verão;</li> <li>• Preço baixo determinado por fatores culturais;</li> <li>• Utilizado como base para misturas com outros sucos;</li> <li>• Maior preferência pelas pessoas mais velhas.</li> </ul>
Supermercados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferência por frutas <i>in natura</i>, dispostas a granel;</li> <li>• As frutas <i>in natura</i> são consumidas durante o ano todo;</li> <li>• Maior consumo de sucos prontos no verão;</li> <li>• Maior consumo de refrescos em pó no sabor laranja quando comparado a outros sabores.</li> </ul>
Embalagens de sucos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo de sucos prontos ainda é pequeno;</li> <li>• O consumo de sucos prontos é menor do que outros sucos.</li> </ul>
Lojas de conveniência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compra da marca de suco que já está 'na mente' do consumidor;</li> <li>• Não há influência de outras marcas e produtos no local de venda.</li> </ul>
Feiras livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os consumidores observam a qualidade da fruta para escolha, verificando a existência de manchas de ferrugem.</li> </ul>
Casa de sucos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumidor busca produtos com as seguintes características: baixa acidez; sabor; refrescância e doçura.</li> </ul>
Redes de <i>fast food</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os consumidores acreditam que o suco pronto não é natural, e preferem o suco feito na hora.</li> </ul>

milhões com um volume comercializado de 250.000 toneladas/mês.

A importância de um atacadista como o CEAGESP para a citricultura é muito grande, pois tem uma participação de cerca de 8% do volume de laranjas comercializado no mercado interno paulista.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados, as maiores redes de supermercados e hipermercados no Brasil atualmente são Pão de Açúcar, Carrefour, Sonae, Bompreço, Sendas e Wal-Mart, que, somadas, geram um faturamento de R\$35 bilhões, com 1.193 lojas e 157.810 funcionários. Hoje, o setor de FLV (Frutas, Legumes e Verduras) é responsável por 11% do faturamento desse tipo de varejo, mostrando a importância para a citricultura.

As feiras livres fazem parte das mais antigas formas de varejo, sendo um importante consumidor organizacional para a citricultura. Atualmente, elas são em número de 900 e 182 feiras semanais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, e são de fundamental importância, pois empregam diretamente 6.000 feirantes devidamente licenciados e garantem a sobrevivência indireta de cerca de 30.000 pessoas na cidade do Rio de Janeiro, onde são comercializadas 12.229,92 toneladas de produtos gerando um movimento financeiro de R\$ 15.326.495,17, segundo dados da prefeitura do Rio. Cerca de 10% do volume comercializado nas feiras livres inclui frutas, mostrando a importância deste produto para o canal.

O segmento de padarias no Bra-

sil representa um faturamento ao redor de R\$25 bilhões, sendo responsável pela geração de 580 mil empregos diretos, segundo dados da ABIP (2005).

Aproximadamente 52 mil padarias estão em atividade no País, sendo a maioria (73%) de pequeno porte, 22% de porte médio e 5% de grande porte. Cada padaria emprega, em média, 12 pessoas e atende à cerca de 660 clientes por dia, sendo o setor composto por cerca de 100 mil pequenos empresários.

Embora ainda seja extremamente importante para as padarias, o

encontrados durante a compra e comercialização do produto, e dar sugestões para a melhoria da qualidade e imagem do produto perante os consumidores finais.

O setor citrícola, embora tenha alcançado patamares inigualáveis de competitividade externa, não desenvolveu estratégias para estimular o mercado interno. Para a melhoria da comercialização de laranja e suco *in natura*, é fundamental entender o comportamento do consumidor industrial e final nos pontos de venda, principalmente, no que diz respeito à produção de cítricos de maior qua-

lidade. São informações que ajudam na tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento da cadeia como um todo, tanto para o desenvolvimento de novos produtos como em campanhas que façam aumentar o consumo do suco de laranja e da fruta no Brasil, entre outras.

Muitas vezes, as percepções de merca-

do passam despercebidas pelos tomadores de decisões, haja vista a relevante atenção requerida por suas intensas rotinas de trabalho. Daí os temas ligados à análise de aspectos do comportamento do consumidor industrial facilitarem a identificação de hábitos, preferências e necessidades emergentes dos clientes. ■

#### Principais problemas apresentados pelo consumidor industrial

- Falta de padronização da qualidade e variedade da fruta;
- Gosto de sumo não agrada o consumidor;
- Frutas são vendidas com manchas resultantes de doenças;
- Baixo poder aquisitivo da população;
- Aumenta a concorrência com produtos artificiais.

#### Sugestões de ações apontadas para melhorar a comercialização da fruta e do suco de laranja

- Posicionar as variedades da fruta para suco ou consumo *in natura*;
- Aproximar o sabor dos sucos industrializados do sabor dos sucos caseiros;
- Valorizar as frutas com bom aspecto externo;
- Desenvolver produtos para as classes C, D e E;
- Conscientizar sobre os produtos com suco de laranja natural;
- Investir nas misturas de outros sucos com o de laranja;
- Posicionar o suco como alternativa para 'matar a sede';
- Disseminar informações sobre a qualidade nutricional do suco de laranja;
- Padronizar a qualidade do suco com o uso de extratoras (varejo);
- Criar uma linha infantil, com mascotes e brinquedos, para atrair as crianças;
- Patrocinar eventos esportivos;
- Criar estandes de degustação no varejo;
- Cantinas e merenda escolar: resgatar o hábito deste consumo.

tradicional "pãozinho" aos poucos cede espaço para outros produtos e, gradualmente, as padarias se tornam pequenos "supermercados" ou pontos de entretenimento. Nessa diversificação dos produtos, a citricultura também vem ganhando espaço, principalmente, com a venda de sucos *in natura* e industrializados neste canal.

Pesquisa quantitativa descritiva foi realizada com gerentes e proprietários de importantes consumidores organizacionais da citricultura, com o objetivo de levantar informações sobre o comportamento de compra desses consumidores e do consumidor final, identificar os principais problemas

\* Professor de Estratégias de Marketing da FEA Ribeirão Preto/USP. Coordenador do PENSA/USP; e-mail: mfaneves@usp.br.

\*\* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual Paulista e pesquisador do grupo PENSA; e-mail: evertonmolina@pensa.org.br.





## Câmbio traz risco

O setor leiteiro passou por uma grande crise de preços em 2001. Naquela época, para pagar as dívidas, muitos produtores se desfizeram dos seus plantéis. A bovinocultura de leite oferece poucas barreiras para quem quer começar ou recomeçar na atividade, ao contrário dos grãos, em que o investimento é maior. Por isso, a atividade cresce em regiões como o oeste do Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia e região Centro-Oeste.

Como a conjuntura prometia ser favorável para 2005, muitas indústrias pensavam em voltar a investir, e os pecuaristas, em retomar à criação de gado leiteiro. Os pecuaristas leiteiros recebiam os melhores preços dos últimos quatro anos. Tanto assim que foi anunciada a construção de pelo menos 10 novos laticínios no País – concentrados, prin-

cipalmente, em Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Apenas no mês de maio, a média nacional chegou a R\$0,59 o litro, valor 15% superior ao mesmo período de 2004 – descontada a inflação, que certamente cobriu os custos de produção. É difícil apurar com precisão o valor despendido na produção, pois o tamanho dos plantéis e a

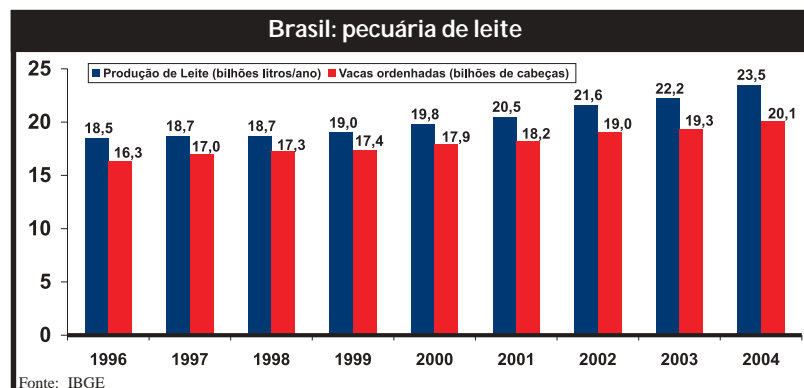
produtividade são muito variados no País.

Uma boa notícia é que, até agosto, deverão chegar ao México, maior importador mundial de lácteos, com cerca de US\$800 milhões ao ano, os primeiros embarques de produtos lácteos brasileiros, segundo previsão da Serlac, *trading* do setor de lácteos formada pela Sertrading e por cinco laticínios nacionais: Itambé, CCCL, Confepar, Embaré e Ilpisa.

A Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, Pesca e Alimentación, do México, forneceu ao governo brasileiro um documento oficial com a aprovação das importações. Agora, o Brasil vai comunicar a lista de empresas habilitadas a exportar, cujas plantas sofreram inspeção por uma missão técnica mexicana há dois anos. Inicialmente, será exportado leite em pó e leite condensado. Depois, desde que devidamente habilitado, o leite evaporado, o longa vida e queijos. A meta é conquistar uma fatia inicial de US\$40 milhões

Todo esse clima, no entanto, não deve se manter durante o restante do ano. Os preços podem estar chegando ao limite. A entrada da safra e mais a valorização do real poderão enfraquecer os preços no segundo semestre. Os sinais começam a aparecer, é importante o produtor ficar atento aos seus custos de produção e aos índices de produtividade, como a taxa de lotação e a quantidade de leite produzida por hectare.

Em junho, o produto entregue teve pagamento menor, como resultado da combinação de vendas estagnadas de leite e derivados no mercado interno com o aumento da



# Recepção anual de leite no Brasil (milhões de litros)

Posição	Empresa/marca	2002	2003	2004			número de produtores (mil)		
				produtores	terceiros	total	2002	2003	2004
1	DPA(1)	1.489	1.500	1.136	373	1.509	7,2	7,2	6,1
2	ITAMBÉ	733	750	765	64	829	6,0	5,9	6,0
3	ELEGÊ	712	661	659	58	717	28,6	27,6	21,4
4	PARMALAT	752	629	275	118	393	10,3	7,2	4,6
5	CCL	278	309	300	38	338	4,5	6,4	4,6
6	SUDCOOP	231	226	254	27	281	6,9	6,7	6,9
7	EMBARÉ	192	218	222	34	256	2,8	4,4	3,6
8	MORRINHOS	212	191	239	13	252	4,9	3,1	2,2
9	CENTROLEITE	213	261	229	0	229	4,9	5,4	4,9
10	BATÁVIA	167	232	208	0	208	6,5	5,1	3,9
11	DANONE	272	225	115	85	200	2,5	1,3	1,0
12	VIGOR	155	153	164	32	196	1,5	1,4	1,5
13	CONFEPAR	109	115	141	48	189	3,7	5,2	5,5
14	LÍDER	164	129	141	10	151	2,8	2,6	4,5
	TOTAL	5.679	5.599	4.848	900	5.748	93,1	89,5	76,7

(1) Compras em nome da Nestlé

Fonte: Leite Brasil, CNA, OCB/CBCL, Embrapa/Gado de Leite

captação de laticínios/cooperativas em alguns Estados, resultando em estabilidade dos preços recebidos pelos produtores em junho, valor relativo ao produto entregue em maio.

Historicamente, os preços do leite pagos ao produtor atingem o pico em julho ou agosto, mas neste ano há indícios de que este máximo teria sido antecipado. No Rio Grande

do Sul, Paraná e em Goiás, em junho, os preços já mostraram tendência de queda. Em São Paulo e Minas Gerais, os valores seguiram estáveis, exceto na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Paraíba (SP), onde ocorreram reajustes positivos nos preços pagos aos produtores. O preço ao produtor acumulou alta real (superior à inflação) acima de 10%, no primeiro semestre.

Por sua vez, a valorização do real frente ao dólar provoca danos à pecuária de leite brasileira. No ano passado, o setor registrou, pela primeira vez, um superávit na balança comer-

## Cadeia do leite se adapta às normas de qualidade

A Instrução Normativa nº 51, de setembro de 2002, estabeleceu novos padrões de qualidade para os diversos tipos de leite comercializados no País, ao fixar parâmetros como contagem de células somáticas e contagem bacteriana total, além de estabelecer padrões mínimos de gordura, proteína e acidez, entre outros. A referida regra está em vigor desde 1 de julho último nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste, a IN 51 passará a vigorar a partir de 1/07/2007.

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabeleceu um prazo de seis meses para a adequação aos novos parâmetros de qualidade. No início, as ações de fiscalização terão caráter educativo, visando orientar o produtor.

O transporte de leite cru ocorrerá em latões à temperatura ambiente, desde que a matéria-prima atinja os padrões de qualidade definidos em regulamento técnico específico e que o leite seja entregue nas indústrias em, no máximo, duas horas após a ordenha. Os produtores com dificuldades de se adequar à normativa não ficarão obrigados a adquirir tanques de refrigeração. Será permitido o uso coletivo de tanques de refrigeração a granel (comunitários) e tanques por imersão em água gelada.

A primeira etapa tem como objetivo levantar informações sobre as condições higiênico-sanitárias do leite cru refrigerado produzido nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Serve também para identificar os eventuais entraves que possam dificultar a execução dos procedimentos previstos. As

indústrias deverão monitorar a qualidade da matéria-prima, encaminhando as amostras de leite cru para um dos laboratórios da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do leite (RBQL). A melhoria da qualidade do leite no Brasil permitirá ao consumidor ter acesso a produtos lácteos mais seguros.

Em vigor a partir do dia 1 de julho, a Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) tem como objetivo uniformizar e melhorar a qualidade da produção do leite cru e seus derivados. Seus principais pontos serão buscar a diminuição da carga bacteriana e das células somáticas, por meio de uma correta refrigeração, o que será feito apenas a granel em grandes quantidades.

Com isso, o leite tipo C deixará de existir com este nome, passando a ser chamado de leite pasteurizado, e as empresas produtoras terão que alterar os seus rótulos. Mesmo o leite C sendo responsável por 95% da produção nacional, a medida não causará impacto, pois a matéria-prima continuará a ser a mesma. O leite cru passará a ser leite cru refrigerado; esta será a única diferença.

A expectativa é de que, em dois anos, a substituição seja completada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e que, em quatro anos, alcance o Norte e Nordeste. Uma segunda etapa pretende 'fundir' o leite pasteurizado ao leite tipo B, tornando o Brasil um país com apenas dois tipos de leite A e B (pasteurizados). O preço do leite poderá até baixar, pois o transporte será feito apenas em grandes quantidades em enormes caminhões. Cerca de 80% das indústrias já trabalham de acordo com a Instrução Normativa 51. Em 1999, havia a previsão de que esta entraria em vigor em 2002.

cial de lácteos de US\$ 11,5 milhões. Agora, ao analisar os resultados da balança comercial de lácteos do primeiro semestre, se constata uma exportação de 32,7 mil toneladas e receita de US\$50,7 milhões. As importações ficaram em 40,6 mil toneladas, com gastos de US\$68,5 milhões. O resultado final foi um déficit na balança comercial de US\$ 17,9 milhões. Em igual período do ano passado, o déficit foi de US\$7,5 milhões.

Apesar de o resultado das exportações dos primeiros seis meses sugerir que o setor passa por momento positivo, caso seja mantida a atual taxa de câmbio, haverá gradativa queda do fôlego das exportações de lácteos. Com o dólar mais barato, há estímulo ao aumento das importações e inibição às exportações. O resultado final é o crescimento de oferta de lácteos no mercado interno, com queda de renda ao produtor.

Em 2004, a expansão foi de 6%, e este número deverá ser maior em 2005, representando mais um fator gerador de oferta e de queda de preços pagos ao produtor. ■

## Ranking do leite

Como novidade, o ranking das maiores empresas de laticínios, realizado pela Associação de Leite Brasil, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios e Organização das Cooperativas Brasileiras, e pela Embrapa Gado de Leite, traz o número da compra de terceiros, o chamado mercado *spot*. A sua participação média foi de 16%.

Enquanto a captação das empresas continua entre 5,5 e 5,7 bilhões de litros por ano, o número de produtores caiu, um indicador claro de uma política de compra mais seletiva, em conjunto com o crescimento da produção média por produtor. Foram 14 empresas participantes do levantamento, que representam 42% de leite recebido sob inspeção e 25% do total produzido no País.



# Produção mundial vai crescer 2,8%

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação acaba de divulgar suas novas previsões sobre a produção, exportação e consumo (*per capita*) de carnes em 2005. É estimado para o ano um aumento de produção da ordem de 2,8%, o mais significativo envolvendo a carne bovina (+3,25%). Note-se, todavia, que em 2004 a produção de carne bovina permaneceu estável em relação ao ano anterior.

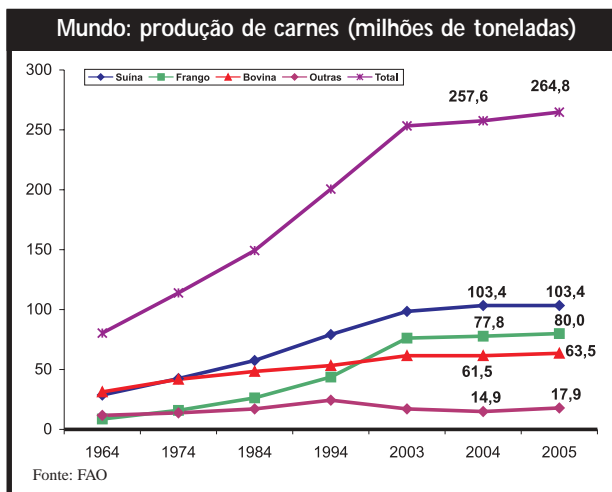
Assim, no biênio 2003/2005, a maior expansão de produção é das carnes avícolas (quase que exclusivamente frango), com cerca de 5% de aumento, vindo em seguida a carne suína, com 4,97%, e, por fim, a carne bovina, com os mesmos 3,25%.

Nas exportações, a prevalência é das carnes avícolas, que devem responder por pouco mais de

40% dos 20 milhões de toneladas previstas. Esse volume, se atingido, significará aumento de 4,17% sobre 2004, e de 3,09%, sobre 2003. O decréscimo no último índice, aqui, é conseqüente da queda das exportações avícolas em 2004, em decorrência dos surtos de Influenza Aviária no sudeste asiático e na América do Norte.

Em 2005, prevê a FAO, as exportações de carnes avícolas retornam ao nível de 2003.

Por fim, em relação ao consumo *per capita*, a FAO aponta evolução de 2,71% sobre 2004, e de 3,22%, sobre





2003. Aqui, a maior expansão em 2004/2005 deve alcançar, mais uma vez, as carnes avícolas, com aumento de 3,28%.

Note-se, no entanto, que o consumo *per capita* de aves permaneceu estável em 2004, em função não só da queda nas exportações, mas também da redução de produção em alguns países diretamente afetados pela Influenza Aviária. Assim, o mesmo índice de aumento (3,28%) se aplica ao biênio 2003/2005, enquanto o consumo *per capita* de carne bovina deve aumentar, nesse período, 2%, e o de carne suína, 3,82%. ■

## EUA confirmam segundo caso de "vaca louca"

**A**utoridades americanas confirmaram a existência do segundo caso da doença da vaca louca (cujo nome científico é Encefalopatia Espongiforme Bovina), no país. O primeiro havia sido registrado em 2003, no Estado de Washington. O resultado foi verificado em testes conduzidos em laboratórios na Grã-Bretanha, depois que a suspeita foi divulgada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

O Departamento diz que não há risco para a saúde pública, porque a carne do animal — que morreu em novembro do ano passado — não foi consumida por ninguém nem usada para alimentar outros animais. A entrada do animal na cadeia alimentar foi bloqueada por causa das barreiras de segurança introduzidas pela Secretaria de Agricultura dos EUA.

A descoberta do caso ocorrido em 2003, numa vaca importada do Canadá, levou à perda de bilhões de dólares em exportações de carne, que foram suspensas, e pôs em xeque a segurança dos alimentos produzidos nos Estados Unidos. Desde então, o Japão e a Coreia do Sul não compram carne do país, mas as autoridades americanas dizem que a confirmação do segundo caso não deve servir de "desculpa" para seus parceiros comerciais não retomarem as importações.

O Departamento de Agricultura afirma estar investigando a origem do segundo animal infectado. Acredita-se que uma variante humana da doença, a Creutzfeldt-Jakob, esteja relacionada ao consumo da carne contaminada. Tanto em bovinos como em humanos, a doença ataca o cérebro. Nos anos 90, a doença matou 150 pessoas no mundo inteiro, mas, principalmente, na Grã-Bretanha.

# Brasil quer ampliar mercado na Rússia

**A** Rússia não dá indicações de que atenderá à demanda brasileira por uma cota única para exportar carnes. O único sinal é para os exportadores brasileiros ocuparem as cotas não preenchidas por outros países. A estratégia é estabelecer cotas globais para as carnes, com regras flexíveis sendo adotadas. Se um país não completar suas cotas para o mercado russo, a mesma é transferida para outros países dispostos e com possibilidade de completar o volume das cotas.

Com alta competitividade em preços, o Brasil tem ampliado as suas exportações de carnes para a Rússia, tendo já ocupado cotas não preenchidas por outros países nos últimos anos. Atualmente, o País não tem cota própria e disputa com nações concorrentes as vendas à Rússia numa cota denominada "outros".

Além de maior acesso para suas carnes, o Brasil quer derrubar barreiras para o açúcar e outros produtos na Rússia, em troca de seu apoio à entrada de Moscou na Organização Mundial do Comércio (OMC), até dezembro próximo. Porém, como a Rússia cedeu grande parte de seu mercado de carnes para Estados Unidos e União Européia, sobra pouca alternativa para negociar com outros países.

Com a perspectiva de a Rússia adotar novas regras para as importações de carnes a partir do próximo ano, surge um novo ambiente. O governo brasileiro pretende garantir o acesso de, pelo menos, o volume de carne exportada em 2004, em troca

do apoio à entrada de Moscou na Organização Mundial de Comércio (OMC).

A Rússia fez a proposta de flexibilização, com redução de 25% na tarifa extra-cota aplicada sobre a entrada das carnes brasileiras no mercado russo. Além disso, se compromete a aplicar o Sistema Geral de Preferências (SGP) para o Brasil nas tarifas extra-cota, que são bem maio-

Brasil: exportação para Rússia - US\$ mil

Produto	2002	2003	2004
Carne bovina <i>in natura</i>	45.891	100.344	239.107
Carne bovina industrializada	460	718	1.555
Carne de frango <i>in natura</i>	169.136	126.238	159.664
Carne de frango industrializada	281	304	2.038
Carne suína <i>in natura</i>	370.997	244.669	441.740
Carne de peru <i>in natura</i>	11.275	13.455	12.839
Açúcar bruto	494.352	681.768	503.127
Açúcar refinado	1.917	2.390	3.380

fonte: SECEX

res do que as alíquotas aplicadas dentro das cotas. Assim, as alíquotas vigentes fora da cota teriam redução de 25%. Isso derrubaria a tarifa para as carnes bovina e suína, de 80% para 60%, e a de frango, de 60% para 45%.

A oferta realmente melhora nas condições de acesso de produtos brasileiros. Para o setor privado, as cotas não deveriam ter país de origem, e se tiverem origem, que mude a base de cálculo.

Com relação ao açúcar, a Rússia é o maior comprador do produto brasileiro. Moscou insiste em aplicar o que chama de "direitos móveis", ou seja, uma banda de preços que varia de US\$140 a US\$270 por tonelada, dependendo da média da cotação dos últimos três meses da Bolsa de Nova York. O Brasil rejeita esse sistema, condenado pela própria OMC. A sua implementação é passível em curto prazo, durante um período de implementação dos acordos após integrar a OMC. Mas depois, deverá passar a cobrar tarifa fixa. ■

# Logística da exportação da carne bovina

ANDRÉA LEDA RAMOS DE OLIVEIRA OJIMA\*  
LUIZA MARIA CAPANEMA\*\*

**F**rente à existência de ambiente altamente competitivo, propiciado pela globalização dos mercados, o Brasil tem cada vez mais utilizado o agronegócio como estratégia de inserção na economia mundial. O estado de São Paulo apresenta participação expressiva no contexto de crescimento das exportações do agronegócio brasileiro. Em 2004, a contribuição ficou próxima de 32% do total exportado pelo País, com aproximadamente 24% das exportações do agronegócio brasileiro. Quanto à composição setorial, as cadeias de produção que mais se destacaram foram as de bovinos, cana e sacarina, produtos florestais e frutas.

O crescente desenvolvimento de tecnologias para a pecuária – melhoramento genético, inseminação artificial, intensificação do uso de técnicas de confinamento e semi-confinamento –, somado ao rígido monitoramento de sanidade do rebanho, aumenta a participação da carne brasileira na pauta de exportações do País, que tiveram um crescimento de mais de 200%, entre 1999 e 2004.

O Estado de São Paulo, na produção, conta com um número relevante de plantas frigoríficas que se dedicam ao abate, desossa e processamento: 57 estabelecimentos cadastrados na categoria matadouro-frigorífico no Sistema Federal de Inspeção (SIF). É o Estado com maior número de estabelecimentos qualificados para exportação, na sua maioria, abatedouros de grande porte.

A participação paulista nas exportações de carne bovina evidencia o grande fluxo de carga movimentado em seu território. Em 2004, o porto de Santos registrou um volume de exportação de 1,1 milhão de toneladas<sup>5</sup>, aproximadamente, 70% das exportações brasileiras. O estado se destaca tanto pela produção (abate e industrialização) de carnes destinadas à exportação como pelo maior volume escoado pelo porto.

Como qualquer outro segmen-

to do agronegócio, a cadeia produtiva de carne bovina enfrenta problemas de logística de transportes, dentre eles, as condições precárias das vias de transporte, a deficiente infra-estrutura portuária para carga refrigerada e falta de disponibilidade de contêineres. São problemas que interferem no custo de produção e na qualidade da carne.

Dadas as características particulares do produto, a logística de carne bovina requer critérios rigorosos na escolha do transporte e nas condições da movimentação da fazenda à indústria e desta até os portos de exportação. A necessidade de um plano eficiente é visível tanto para o gado transportado em pé quanto para o já abatido em caminhões frigoríficos.

Para os frigoríficos, a logística começa desde a chegada do gado até a sua descarga para o abate e posterior desossa. Envolve etapas referentes aos cortes (que pode variar de acordo com cada comprador), à emba-

Cadeia de carne bovina - 2003			
Estado	Abate cabeças	Produção Equivalente carcaça - t	Ranking nacional
Mato Grosso do Sul	5,6 milhões	1,0 milhão	Primeiro
São Paulo	5,0 milhões	960 mil	Segundo

Fonte: IBGE

Matadouros-frigoríficos cadastrados no SIGSIF/MAPA - 2005							
Estado	Abate de cabeças/hora					Total	Exportador (A)
	> 80 *	>80de	40 a 80	de 20 a 40	< 20		
São Paulo	4	8	21	15	9	57	49
Mato Grosso do Sul	0	6	10	13	28	57	20
Mato Grosso	8	8	11	18	4	49	22
Goiás	4	9	14	9	13	49	15
Total	16	31	56	55	54	212	106

Fonte: Ministério da Agricultura - Sistema Federal de Inspeção (SIF)<sup>4</sup>

(\*) Com industrialização ou estocagem

(A) Frigorífico credenciado para exportação

## Matadouros-frigoríficos

**U**nidades operacionais maiores e mais completas, dotadas de equipamentos modernos para processamento e conservação, em que o controle da matéria-prima, o processamento, a estocagem e a distribuição são gerenciados sob moldes empresariais, e operam sob inspeção sanitária. A carne produzida se destina ao mercado interno, menos exigente e pouco atento à qualidade e à exportação. A indústria voltada à exportação possui elevado nível tecnológico, contrastando com as demais.

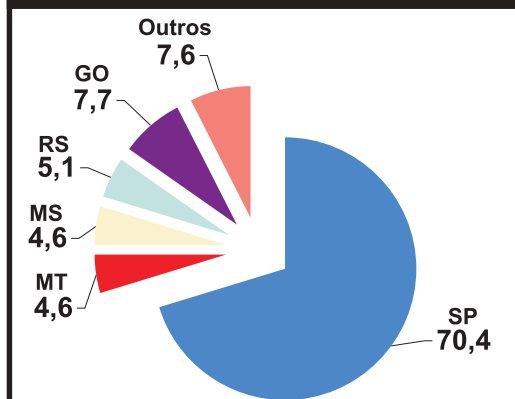
lagem da carne, à conferência do produto e à expedição da carga nas carretas para ser distribuída, tendo como destino o mercado interno ou o externo.

Algumas mudanças ocorrem na captação da matéria-prima (encaminamento dos animais para o abate). Os grandes frigoríficos migraram de região e alocam o complexo industrial próximo às unidades produtoras, num raio de 200 quilômetros.

O estresse sofrido pelo gado e



Participação % por estado  
na exportação de carne bovina



Fonte: SECEX: 2004

a incidência de lotes com grande número de contusões diminuem quanto mais próximo do abatedouro estiver o criador. As partes contundidas depreciam as peças atingidas ou são descartadas, há diminuição na qualidade e no rendimento dos cortes. Existe também a questão da perda de peso durante o transporte em longa distância.

Esses problemas refletem no preço recebido pela arroba do boi, pois significam deságio em relação ao valor pago ao pecuarista. Alguns frigoríficos atuam como agentes capacitadores, na busca por uniformidade, padrão e qualidade da matéria-prima. As exigências do mercado são transmitidas aos pecuaristas. Os importadores possuem diferentes normas e padrões de sanidade, como de cortes.

Recentemente, o frigorífico Independência Alimentos lançou o Programa de Qualidade de Bovinos Independência (PQBI), com a definição de uma política de preços pelo rendimento industrial das carcaças.

À medida que os frigoríficos se aproximam do produto, aumentam a distância para portos de exportação, os custos de transporte e a demanda por transporte refrigerado. Os problemas de infra-estrutura aparecem, como, por exemplo, a má conservação das estradas; a inadequação dos portos para os produtos; a burocracia nos postos fiscais estadu-

## Estados Unidos permitem "retorno" de frigoríficos

No dia 5 de maio, o governo brasileiro suspendeu a emissão de certificados sanitários para 28 estabelecimentos que exportavam carne bovina para os Estados Unidos. A medida foi tomada para que fossem promovidas adequações no serviço de inspeção e nas operações desses frigoríficos, apontadas como necessárias pelo Ministério. A estratégia evitou embargos mais longos. Todas as plantas exportam carne enlatada, pré-cozida, e não o produto *in natura*.

O governo dos Estados Unidos permitiu a retomada das importações de carne bovina industrializada de seis frigoríficos brasileiros, que representam 85% dos embarques. A equipe veterinária dos Estados Unidos também aprovou os serviços estaduais de inspeção de produtos de origem animal em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Também foram habilitados três laboratórios: LACI, de Lins (SP); SFDK, de São Paulo (SP), e LARA, de Pedro Leopoldo (MG).



### Frigoríficos autorizados

- Links, em Itupeva (SP);
- Ferreira, em Três Rios (RJ);
- Frisa, em Nanuque (MG);
- Marfrig, em Promissão (SP);
- Bertin, de Lins (SP),
- Friboi, de Presidente Epitácio (SP)



A decisão favorável ao Brasil garantirá a retomada de um acordo de equivalência sanitária entre os países. A atuação trouxe credibilidade e autoridade para voltar a habilitar novas plantas sem a tutela dos americanos. Sem a suspensão dos embarques, haveria de se esperar pelo menos 18 meses para retomar as vendas.

No início de abril, a missão dos EUA descredenciou da lista de exportadores unidades do Friboi (Andradina - SP), Pampeano (Negra - RS) e Kerry (Três Corações - Minas Gerais). Essas unidades ficarão fora das exportações por 18 meses. Foi solicitada a revisão de procedimentos técnicos adotados por frigoríficos e governo para adequar o sistema de inspeção e fiscalização às suas regras. Os Estados Unidos cobraram, sobretudo, a contratação de inspetores federais, destinação de mais recursos para a área, treinamento e capacitação de pessoal, além da modernização e mais investimentos em laboratórios.

O trabalho dos veterinários está dividido em quatro grupos: o primeiro visita os frigoríficos, o segundo trata de questões administrativas, em reuniões em São Paulo, com técnicos da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. Dois outros fazem auditoria em laboratórios de controle microbiológico e de resíduos nos produtos exportados.

O cronograma de visitas das missões veterinárias dos EUA envolve 13 unidades frigoríficas até julho, e mais 19 em agosto. Serão auditadas as condições higiênico-sanitárias de oito plantas industriais de bovinos localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso, de acordo com a pré-agenda elaborada pelo Mapa e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), serão visitados os frigoríficos Friboi, de Araputanga; o de Várzea Grande, atualmente arrendado à empresa pela Sadia, e também o laboratório que funciona na sede da Superintendência Federal da Agricultura (SFA), em Várzea Grande (MT).

ais e a carência de armazenagem.

Os principais frigoríficos atuam intensamente na logística, com investimentos na frota de carretas frigorificadas, em armazéns específicos para cadeia de frio, inclusive nos portos de exportação. São esforços na tentativa de se obter uma estrutura ágil, com alto giro dos produtos e qualidade em todas as etapas, desde a separação das cargas até a estufagem dos contêineres em plataformas climatizadas.

O fortalecimento da logística para a cadeia de bovinos se torna um complemento vital, face às novas tecnologias. É mais um desafio a se juntar àqueles ligados à obtenção da matéria-prima próxima aos centros de abate; à adequação às exigências fitossanitárias internas e externas; aos entraves das barreiras não-tarifárias; ao sistema de cotas de países importadores e à situação macroeconômica do País. ■

\* Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA);  
e-mail: andrea@iea.sp.gov.br

\*\* Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA);  
e-mail: luizamcb@iea.sp.gov.br

## Exportação aumenta o custo de contêiner

O crescimento de quase um terço nos embarques brasileiros de carnes ao exterior, durante o primeiro semestre deste ano, elevou a demanda por contêineres e já provoca alta nos custos de exportação. A maior procura de contêineres se deve principalmente ao aumento das vendas para Rússia e Japão. Com isso, o frete de um contêiner refrigerado passou de US\$4.500 para US\$5.000 para cargas com destino à Rússia. Além do maior custo do frete por contêiner, os exportadores também têm de enfrentar despesas mais altas com armazenagem, porque, em alguns casos, não conseguem embarcar as cargas na data prevista.



# Calcule o custo do confinamento

ALCIDES DE MOURA TORRES JR.\*, FABIANO R. TITO ROSA\*\*  
e MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA\*\*\*

Neste ano, os preços dos concentrados mais utilizados em dietas de confinamento e semiconfinamento estão, em média, 13,8% mais baixos em relação a 2004. Por meio da substituição de alguns alimentos, o produtor consegue reduzir os custos nesse item em cerca de 15,10%.

A queda nos preços dos concentrados vem num bom momento, pois as cotações da arroba do boi gordo estão extremamente baixas.

No entanto, o mercado favorável dos concentrados não reduziu os custos das dietas em 2005. Isso porque o custo de produção dos volumosos aumentou 17% em relação a 2004.

A parcela necessária de ali-

mento volumoso para a composição das dietas representa cerca de 30% dos custos da alimentação no confinamento. Espera-se um aumento em torno de 5,31% nos custos totais das dietas do confinamento em 2005.

Os maiores aumentos foram observados para dietas à base de silagem de milho e silagem de sorgo, cujos valores reagiram 13,8% e 8,2%, respectivamente. Dietas à base de cana-de-açúcar, de menor custo, aumentaram apenas 2,47%. A silagem de capim, volumoso res-

ponsável pela dieta mais cara de 2004, foi a única que apresentou redução nos custos, de 2,5%.

A pré mistura reúne uréia, sulfato de amônio, suplemento mineral e calcário, dependendo do caso.

As dietas apresentadas, apesar

CUSTO TOTAL DE DIETA	
Produto	R\$/ton
Milho	137,42
Cana	117,40
Sorgo	130,93
Capim	101,24

FONTE: Scot Consultoria.  
maiores detalhes - e-mail:  
scotconsultoria@scotconsultoria.com.br



Custo total do confinamento, incluindo operações, programa sanitário e o próprio animal					
<b>Confinamento</b>		<b>Arrobas</b>		<b>Ganho diário</b>	<b>1,25 kg</b>
<b>Peso do boi na entrada kg</b>	<b>340</b>	<b>11,79</b>	<b>@</b>	<b>Alimentação</b>	<b>R\$ 57,80/@</b>
<b>Peso do boi na saída kg</b>	<b>490</b>	<b>16,99</b>	<b>@</b>	<b>Duração em dias</b>	<b>120</b>
<b>Rendimento de carcaça</b>	<b>52%</b>			<b>Cabeça</b>	<b>R\$ 2,83/dia</b>
<b>Ganho total por animal</b>	<b>150</b>	<b>5,20</b>	<b>@</b>		
<b>Custos</b>	<b>Q</b>	<b>R\$/unidade</b>	<b>R\$/Boi</b>	<b>R\$/@</b>	<b>%</b>
Boi magro	1	682,00	682,00	40,15	63,10%
Frete (300 km)	1	60,00	60,00	3,53	5,55%
Vermifugação	1	0,90	0,90	0,05	0,08%
Clostridiose e botulismo	1	1,20	1,20	0,07	0,11%
Manuseio e distribuição	120	0,17	20,69	1,22	1,91%
Instalações	120	0,13	15,51	0,91	1,43%
Alimentação em R\$/@	5,20	57,80	300,57	17,69	27,81%
<b>Total</b>			<b>1.080,86</b>	<b>63,63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Scot Consultoria

de corretas, se referem a uma situação ideal do ponto de vista econômico. Na prática, em empresas rurais, como o administrador normalmente se preocupa com o fechamento de cargas, há uma tendência de reduzir o número de ingredientes. Por isso, as dietas apresentadas devem ser consideradas com a devida reser-

vilagens de milho e sorgo, que já têm grãos em sua composição, não há possibilidade de maiores acréscimos dos ingredientes que hoje estão mais em conta.

Ao contrário do que se imagina, não há um padrão para afirmar que o uso de um ou outro volumoso consiste em dietas mais baratas. Tudo depende do

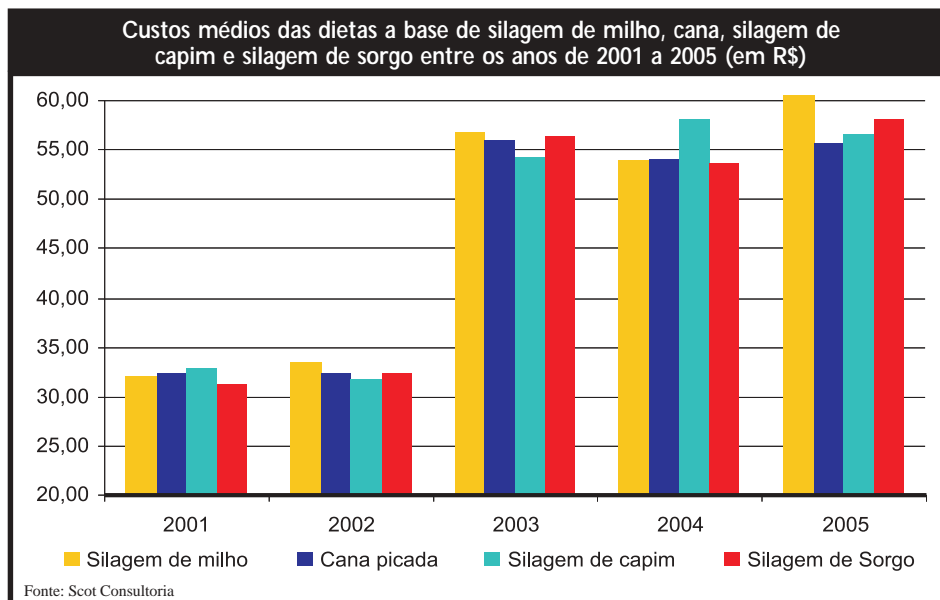
O custo da alimentação está por volta de R\$2,51/cabeça/dia. Por arroba engordada, o custo médio é de R\$57,80. Mas, no confinamento, o custo da alimentação não é o único fator envolvido.

Quando se inclui os demais custos, a diária do confinamento fica por volta de R\$2,83. O custo final da arroba confinada, durante cerca de 120 dias, é de R\$63,63. A dieta representa apenas 27,8% do total. O maior custo é o do próprio animal.

Uma perspectiva desanimadora para o confinamento deste ano: ao final de junho, o mercado futuro para os meses de setembro a novembro, na BM&F, apontava cotações médias em torno de R\$59,73/@.

Mesmo assim, o empresário não foge do confinamento, pois, à medida que a pecuária se desenvolve, pela própria natureza de crescimento das forragens, o pecuarista depende de estratégias de suplementação durante a seca.

Por conta disso, estimamos um aumento de 5% no número de animais confinados em 2005. A quantidade de animais confinados em 2005 deverá se aproximar de dois milhões de cabeças. ■



va. Para saber a dieta a ser utilizada, o pecuarista deve consultar um profissional competente.

Neste ano, o que favoreceu a redução nos custos de produção foi justamente o maior "espaço" para a entrada de grãos nas dietas. Nas dietas à base de cana e silagem de capim, a quantidade de milho utilizada é consideravelmente superior. No caso das

mercado de concentrados.

Vejam os custos médios das dietas à base dos quatro volumosos analisados, desde 2001. A opção pelo volumoso é uma decisão estritamente agrônômica, ou seja, depende da disponibilidade de área, aptidão da região (topografia, clima etc.), acesso tecnológico e viabilidade operacional.

\* Engenheiro agrônomo

\*\* Zootecnista

\*\*\* Engenheiro agrônomo



## GVconsult. A consultoria que faz a diferença.

Porque a GVconsult faz a diferença:

- Porque transfere para a sua empresa a nossa experiência com metodologia, capacitando, assim, o seu capital humano.
- Porque aplica na sua empresa as mais modernas técnicas de gestão que só uma instituição como a Fundação Getúlio Vargas pode oferecer.
- Porque propõe soluções inovadoras e eficazes, associando o conhecimento e a experiência da sua empresa às ferramentas desenvolvidas pela GVconsult.

Áreas de atuação

- Planejamento
- Processos
- Tecnologia da Informação
- Gestão do Capital Humano
- Produção e Qualidade
- Finanças
- Controladoria
- Gerência de Projetos
- Marketing
- Gestão Ambiental
- Análise Econômica
- Administração Hospitalar e de Saúde
- Administração Pública Municipal
- Administração Pública Estadual e Federal
- Plano de Previdência Complementar



(11) 3281.7784 / 7785 / 7915

[www.gvconsult.com.br](http://www.gvconsult.com.br)

[gvconsult@fgvsp.br](mailto:gvconsult@fgvsp.br)

# Muita mata e pouca madeira

CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

O setor florestal brasileiro vive um paradoxo: tem uma das maiores coberturas florestais nativas do Planeta (527 milhões de hectares, correspondendo a 29,4% da cobertura florestal mundial) e a sexta maior área reflorestada do mundo (menor apenas que China, Índia, Rússia, Estados Unidos e Japão).

No entanto, experimenta uma escassez de madeira oriunda de reflorestamento, com altas nos preços da

madeira, para desagrado dos diversos segmentos consumidores de madeira.

A produção brasileira de madeira roliça (na forma de lenha, carvão vegetal e madeiras em toras), desde a década de 1990, apresenta tendência de diminuir devido, principalmente, à redução da produção oriunda de matas nativas. Já a produção gerada em matas plantadas cresce, mas não compensa a menor produção originária das matas nativas.

A inversão de importância entre florestas nativas e plantadas na composição da produção brasileira de madeira roliça se deveu:

- (1) À redução das matas nativas mais próximas aos grandes centros consumidores e à maior rigorosidade na fiscalização de sua exploração;
- (2) Ao aumento do reflorestamento no Brasil;
- (3) Ao maior interesse, de alguns setores, pelo uso de madeira de reflorestamento do que de florestas nativas, devido a pressões ambientais.

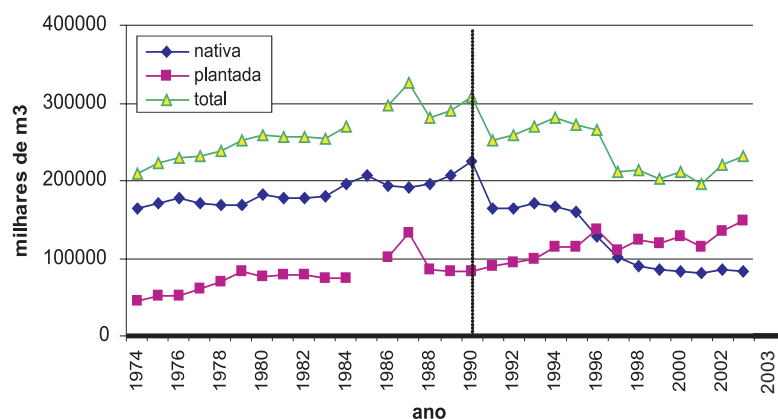
O abastecimento de madeira na primeira década do século XXI ficou comprometido diante do menor ritmo de reflorestamento, simultaneamente com o maior crescimento de atividades consumidoras de madeira.

Responsáveis por 70% dos plantios feitos de 2001 a 2003, as empresas de papel e celulose retomam o reflorestamento para o seu auto-abastecimento, tendo em vista a expansão planejada da produção de celulose. Por isso, a escassez de

Brasil: produção de madeira (em milhões de metros cúbicos)					
Item	1990		2003		
	Volume	Participação %	Volume	Participação %	
Matas nativas	225,6	73,2	83,5	36,0	
Matas plantadas	82,6	26,8	148,6	64,0	
Madeira roliça	308,2	100,0	232,1	100,0	



### Produção brasileira de madeira roliça - 1974 a 2003

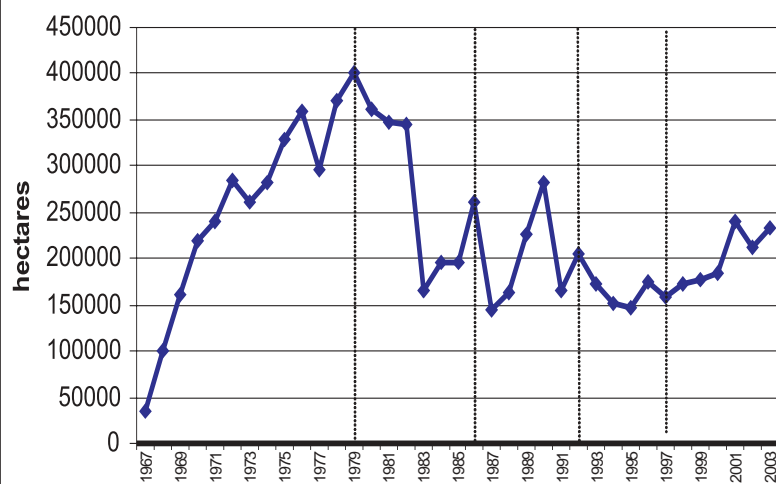


Fonte: Anuário Estatístico do IBGE e homepage do IBGE

### Evolução da área mínima anualmente reflorestada no Brasil

Período	Característica
1966 a 1986	Incentivos fiscais elevaram o ritmo anual de reflorestamento
1967 a 1979	A área anualmente reflorestada foi crescente
1980 a 1986	Volume de incentivos fiscais em queda e também concedido ao plantio de espécies não madeiras (como frutíferas, por exemplo). O fim dos incentivos fiscais em 1986 não terminou com o plantio de florestas
1987 a 1992	Sem incentivos fiscais, a área anualmente plantada foi de 197,7 mil ha
1983 a 1986	Com incentivos fiscais, a área anualmente plantada foi de 204,4 mil ha
1993 a 1997	Pouco reflorestamento (média anual de 161 mil ha)
1998	Reflorestamento voltou a crescer a partir de 1998
2001 a 2003	O plantio anual foi de cerca de 228,6 mil hectares de florestas

### Área mínima anualmente reflorestada com espécies madeiras no Brasil - 1967 a 2003



Fonte: IBGE e estimativas do autor

### Brasil: estoque de árvores plantadas e respectiva área

Item	31/12/70	31/12/80	31/12/85	31/12/95	31/12/2000
Área de floresta plantada (em mil ha)	1.658	5.016	5.966	5.396	4.980
Número de árvores plantadas (mil)	2.585.984	9.227.460	9.690.493	7.065.381	n. d.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil e FAO

madeira pode não suavizar na segunda metade da presente década, com a ampliação do *market share* das empresas de papel e celulose no controle da oferta de madeira e para uso próprio.

O estoque total de florestas plantadas no Brasil reduziu na década de 1990. Ao final de 1985, o Brasil dispunha de 5.966 mil hectares cobertos com florestas plantadas. Ao final de 1995, essa área caiu para 5.396 mil ha, e ao final de 2000, era de 4.980 mil ha.

Em 2000, as empresas de papel e celulose já detinham 28,1% do total de florestas plantadas no Brasil, seguidas pelas empresas siderúrgicas (19,1%) e empresas de painéis de madeira (5%). No mínimo 52,2% das florestas plantadas estão vinculadas com seus consumidores.

### AS CONSEQUÊNCIAS

Para os pequenos consumidores, sobram as alternativas de comprar dos grandes oligopolistas ou disputar a madeira existente no mercado. Como são as empresas com fatia expressiva do mercado as responsáveis pelo plantio, o quadro tende a piorar. A escassez de madeira afeta mais significativamente empresas sem base florestal própria, tais como pequenas serrarias e olarias, fábricas de móveis e outros pequenos consumidores de madeira (tais como pizzarias, padarias e pequenas manufaturas de madeira).

### QUADRO DE ESCASSEZ

Algumas empresas moveleiras, principalmente as situadas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já reclamavam da falta de madeira de reflorestamento, no final do século XX. A evidência se escancarou a partir

**Estado de São Paulo:  
"taxa operacional de retorno" não inclui o  
valor da terra**

Projeto	Taxa interna de retorno estimada	Retorno econômico (número de anos)
Pomar de laranja (em declínio)	0,180	-
Pomar de laranja (sem declínio)	0,192	-
Seringal (cenário otimista)	0,196	-
Seringal (cenário pessimista)	0,144	-
Araruva (com aquisição de mudas)	0,169	25
Araruva (com doação de mudas)	0,222	25
Pau-marfim (com aquisição de mudas)	0,152	25
Pau-marfim (com doação de mudas)	0,192	25
Pinheiro-brasileiro (com aquisição de mudas)	0,170	25
Pinheiro-brasileiro (com doação de mudas)	0,197	25
Eucalipto (com aquisição de mudas)	0,254	7
Eucalipto (com doação de mudas)	0,298	7

Fonte: Machado (2000) e Nérís (2001)

**Área plantada com árvores no Brasil em 31/12/2000**

Entidade	Área em mil hectares	Porcentagem do total
Empresas de papel e celulose	1.399	28,1
Empresas siderúrgicas	950	19,1
Empresas de painéis de madeira reconstituída	250	5,0
Pequenos produtores	209	4,2
Outros	2.172	43,6
Total	4.980	100

Fonte: Bacha & Barros (2004, p. 193)

do segundo semestre de 2002, quando os preços dos produtos florestais oriundos de matas plantadas passaram a ter altas mensais quase que contínuas e, no agregado, ultrapassando a inflação.

Segundo dados coletados pelo Grupo de Economia Florestal do CEPEA/ESALQ/USP (e publicados no Infor-

mativo CEPEA – Setor Florestal), os preços médios do estérreo de toras de pinus e eucalipto para processamento em serrarias aumentaram 192,7% e 59,1% entre setembro de 2002 e dezembro de 2004, na região de Bauru (Estado de São Paulo), enquanto a taxa de inflação oficial (medida pelo IPCA) foi de 25,32% nesse período.

Em conjunto, Pronaf-Florestal e PROPFLORA permitiram, nos últimos três anos, a implantação de, no máximo, 11.800 ha de florestas. Isto é muito pouco, pois apenas os programas públicos no Paraná, nos anos de 2001 a 2003, permitiram a implantação de cerca de 23.780 hectares de florestas plantadas, ou seja, duas vezes mais do que os programas federais, de abrangência nacional.

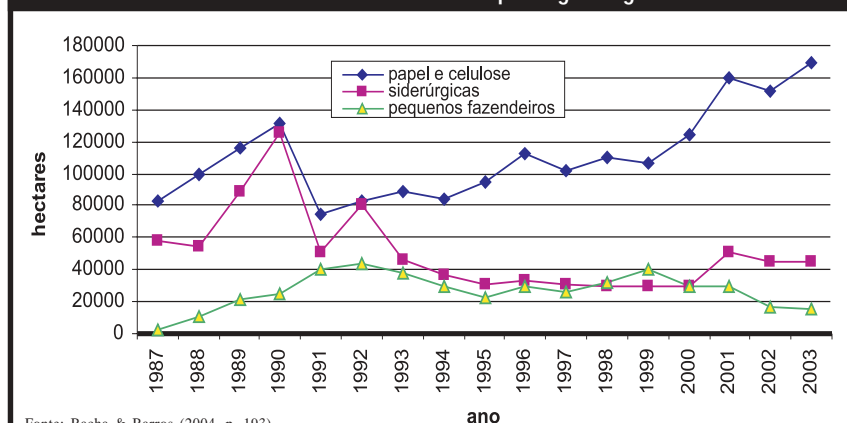
## POLÍTICAS DE INCENTIVO

De modo geral, os governos estaduais têm sido tímidos no incentivo ao reflorestamento. Enquanto Minas Gerais e Paraná apenas doam mudas e insumos e prestam assistência técnica, outros estados, como São Paulo, repassam a organizações civis sem fins lucrativos, como as associações de reposição florestal, que produzem ou compram mudas e as distribuem para os fazendeiros.

Os dois tipos de doações (públicas e privadas) têm decaído em intensidade desde a primeira metade da década de 1990. Os mecanismos não garantem (com exceção do programa fazendeiro florestal em Minas Gerais) uma integração entre fazendeiros e empresa industrial, de modo que as árvores a serem plantadas tenham garantia de mercado.

Programas de doação de mudas e insumos (para estimular o reflorestamento) possuem baixo custo ao governo e ampliam a lucratividade dos reflorestamentos. A taxa interna de retorno (TIR) é de 29,8% para os plantios de eucaliptos com doação de mudas, contra TIR de 25,4% se o produtor tiver que comprar as mudas. No caso do plantio de araruva (uma espécie arbórea nativa), a diferença relativa de lucratividade é

**Área anualmente reflorestada por alguns agentes**



Fonte: Bacha & Barros (2004, p. 193)

**Evolução dos preços de alguns produtos florestais  
na região de Bauru, em São Paulo (R\$)**

Produto	Setembro de 2002	Dezembro de 2004	Variação percentual
Tora para serraria de pinus (st)	20,50	60,00	192,7
Tora para serraria de eucalipto (st)	31,66	50,37	59,1
Madeira serrada de eucalipto tipo viga (m³)	281,77	451,68	60,3
Madeira serrada de eucalipto tipo prancha (m³)	312,67	466,26	49,1
Madeira serrada de pinus tipo sarrafo (m³)	226,69	485,46	114,1
Madeira serrada de pinus tipo prancha (m³)	275,45	466,40	69,3
Taxa de inflação (IPCA)			25,32

Fonte: Informativo CEPEA – SETOR FLORESTAL

**Apesar de ser bastante lucrativo, por que os fazendeiros não plantam florestas a contento?**

- Retorno do capital (7 anos para o eucalipto e 25 anos para as espécies nativas);
- A receita é descontínua, ou seja, a primeira receita só surgirá em 7 anos;
- Não há garantia de qual será a receita a receber no futuro pela madeira a ser gerada.

maior (TIR de 22,2% com doação de mudas e de 16,9% sem doação de mudas).

As empresas industriais implementam sistema de arrendamento da terra no qual pagam, anualmente ou semestralmente, aluguéis pela terra, baseando-se na produtividade das florestas e no preço da madeira. Elas também adotam sistema de fomento florestal com a distribuição de mudas, sem garantir a mesma segurança e rentabilidade oferecidas nos arrendamentos.

A proposta de política é de uma união entre indústria e fazendeiros, sob a supervisão e o apoio do governo, para ampliar o reflorestamento. O poder público subsidia o reflorestamento por meio da doação de mudas, insumos e assistência técnica, e a indústria garante a compra futura da madeira e faz adiantamentos por esse produto.

O mecanismo poderia ser feito com a venda de CPFlor (cédula de produto florestal) pelos fazendeiros às indústrias, que poderiam alavancar recursos no mercado financeiro calçadas com esses títulos. O fazendeiro, ao vender CPFlor, recebe à vista por produto a ser entregue daqui a, no mínimo, sete anos. E a indústria fica com o suprimento de madeira garantido. É possível negociar as CPFlor nos mesmos moldes que hoje são negociadas a CPR (cédula de produto rural).

A compra de CPFlor não precisa ficar restrita aos consumidores de madeira. O próprio setor financeiro e outros agentes econômicos podem comprar as CPFlor e revendê-las, no futuro, aos compradores de madeira. ■

\* Professor Titular da ESALQ/USP

## Políticas federais de estímulo ao reflorestamento

### Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR)

- Realizado no período de 1965 a 1988;
- O contribuinte do imposto de renda (*contribuinte-investidor*) alocava parcela do imposto de renda devido para aplicações em certos projetos elaborados por uma pessoa jurídica denominada *empresa-beneficiária*;
- O contribuinte investidor e a empresa beneficiária podiam ou não pertencer aos mesmos donos;
- O desconto da parcela do imposto de renda devido (a título de incentivo fiscal) e sua destinação à empresa beneficiária eram regulamentados por atos normativos;
- Foram concedidos US\$ 7.046,04 milhões (a preços de dezembro de 1992) como incentivos fiscais ao reflorestamento, que *deveriam ter viabilizado* o total de 6,2 milhões de hectares de área reflorestada no período de 1968 a 1986;
- Várias fraudes e plantios mal-sucedidos fizeram com que o montante previsto de reflorestamento não se concretizasse;
- Os custos sociais do programa superaram os benefícios sociais;
- Houve privilégios para os grandes projetos de reflorestamentos, em detrimento de pequenos projetos de reflorestamento.

### Política de Incentivo ao Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais (REPEMIR)

- Vigente da segunda metade da década de 1970 à primeira metade da década de 80;
- Baseado na concessão de crédito subsidiado em São Paulo e na doação de mudas, insumos e assistência técnica em Minas Gerais e no Paraná;
- Impacto pequeno na área reflorestada com plantio de cerca de 80 mil hectares;
- Os gastos do Governo Federal com cada hectare reflorestado foram de 10 a 16 vezes maiores no PIFFR, em comparação ao REPEMIR.

### Programa de Reflorestamento com Algarobeira no Nordeste Semi-árido (Projeto Algaroba)

- Realizado na região semi-árida do Nordeste, no período de 1985 a 1988;
- Projeto de doação de mudas, insumos e de concessão de assistência técnica aos produtores rurais;
- Reflorestamento muito pequeno (18,8 mil hectares) em relação ao promovido pelo Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento nos estados nordestinos (de 261 mil hectares).

### PROFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas)

- Instituído em meados de 2002;
- Cada agricultor pode tomar até R\$150 mil com prazo de pagamento de 12 anos, sendo de oito anos o período de carência;
- Linha de crédito apropriada ao plantio de eucalipto e de pinus;
- Os recursos, que provêm do BNDES, podem financiar a totalidade do investimento realizado (a implantação da floresta) e até 35% do custo de manutenção no segundo, terceiro e quarto anos.
- A taxa de juros cobrada é a do crédito rural, ou seja, 8,75% ao ano;
- Em 2002, 2003 e 2004, segundo dados do BNDES, foram emprestados, respectivamente, R\$ 188.866,00; R\$ 3.163.291,25 e R\$ 2.545.541,00;
- Para um custo de implantação de R\$ 1.500,00 por hectare, deve ter permitido o reflorestamento de 126 hectares em 2002, 2.109 ha em 2003 e 1.697 ha em 2004.

### PRONAF-Florestal

- Criado em julho de 2002;
- Concede empréstimos a taxa de juros de 4% ao ano (com desconto de 1% se houver adimplência no pagamento), com 8 anos de carência e 12 anos para pagamento do crédito;
- Os empréstimos concedidos foram pequenos no ano-safra 2002/03 (R\$ 102.704,00), mas eles têm sido crescentes nos anos-safra seguintes (R\$ 2.862.382,00 no ano-safra 2003/04 e R\$ 6.404.403,00 no ano-safra 2004/05). O total de recursos liberados abrange 1.967 contratos;
- Considerando que cada contrato tem plantado de 2,5 a 4 hectares (segundo informações verbais dos gestores do programa), poderia ter havido o plantio de, no mínimo, 4.918 ha e, no máximo, 7.868 ha nesses três anos de vigência do Pronaf-Florestal, dos quais, cerca de 68,5% foram plantados no último ano-safra.

### O FNO-Floresta, o FCO-Pronatureza e o FNE-Verde

- Linhas de crédito a taxas de juros anuais de 6%, 8,75% ou 10,75% (segundo o tamanho do devedor e com bônus de 15% quando houver adimplência no pagamento), para financiar projetos de manejo florestal sustentável, reflorestamento com fins energéticos e madeireiros, sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas, projetos ambientais, entre outros fins associados a essas atividades;
- Os prazos de carência e de liquidação máxima diferem entre as linhas, sendo de 6 e 12 anos, respectivamente, no FNE-Verde (aumentando o prazo de pagamento para até 20 anos no caso de reflorestamento), 9 e 16 anos no FNO-Floresta e de 10 e 20 anos no FCO-Pronatureza;
- Os recursos tomados são menores do que os disponíveis e pouco se tem alocado para reflorestamento. No caso do FNO-Floresta, os recursos emprestados foram para projetos de manejo florestal, e no caso do FNE-Verde, há muitos projetos ambientais, como destino e tratamento do lixo, por exemplo.





# Estímulo ao reflorestamento

PAULO EDGARD NASCIMENTO DE TOLEDO\* e THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO\*\*

O uso da formação de condomínios como mecanismo alternativo para atender à legislação na composição de florestas da chamada Reserva Legal esteve em destaque na época do polêmico processo de reforma do Código Florestal, em 2001.

Em princípio, todo e qualquer estímulo ao reflorestamento e à recuperação da cobertura vegetal deve ser bem-vindo, principalmente quando está norteado em uma tentativa de ajustar os preceitos legais à real conjuntura sócio-econômica a que estão submetidos os produtores rurais.

Do ponto de vista agrônomo, quanto à adequação das classes de capacidade de uso e à conservação do solo, parece ser racional destinar os

solos mais nobres à exploração de culturas comerciais, e as reservas legais, àquelas com vocação florestal.

De acordo com a Constituição Federal, a competência legislativa em matéria florestal entre os entes federados é concorrente (art. 24, VI) e, desta feita, as legislações estaduais não podem ser menos restritivas do que a legislação federal.

A vertente conservadora (anti-reforma do Código Florestal) condenava a proposta dos condomínios sob o argumento de que o Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65), na condição de norma geral, não previa a 'saída' da Reserva Legal da propriedade. Todavia, a Medida Provisória 2166/01, em vigor, prevê tal possibilidade no Parágrafo 11, incorporado ao Artigo 16 do Código Florestal.

Os benefícios dos serviços ambientais gerados pela floresta foram um dos principais motivadores do Legislativo para elaborar o Código Florestal. Uma concreta necessidade de preservar ou recuperar a cobertura florestal outrora existente.

Cada caso deve ser analisado e submetido à aprovação do órgão ambiental, de acordo com os critérios estabelecidos no Parágrafo 4º do Artigo 16, para aprovação de Reserva Legal, conforme a função social da propriedade e os seguintes critérios, quando houver:

- I - O plano de bacia hidrográfica;
- II - O plano diretor municipal;
- III - O zoneamento ecológico-econômico;
- IV - Outras categorias de zoneamento ambiental; e
- V - A proximidade com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

Face à contraposição do 'lucro' (preservação de suas áreas produtivas) com os custos sociais da preservação ambiental, será louvável a análise sob a ótica de bacias hidrográficas, restringindo a troca de áreas aos limites geográficos da própria microbacia e submetendo as propostas aos respectivos comitês de bacias hidrográficas. ■

\*Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA). ptoledo@iea.sp.gov.br

\*\*Pesquisador do Ministério do Meio Ambiente. thomaz.toledo@mma.gov.br

## Aspectos cotejados

### Positivos

- Une pequenos fragmentos em uma área mais extensa;
- Utiliza áreas mais propensas ao uso agrícola;
- Facilita monitoramento e controle.

### Negativos

- Condomínios ficam sem remanescentes entre si, isolando geneticamente;
- Troca de áreas importantes em termos de biodiversidade, por áreas mais pobres;
- Corte raso de uma floresta em estágio avançado, para a formação de um condomínio.

## O que diz a lei

O Código Florestal, instituído pela Lei 4.771 (15/09/1965), determina a preservação das florestas ao longo de rios, ao redor de lagos, nas nascentes, no topo dos morros, nas encostas com declividade superior a 45° etc. Além dessas áreas, chamadas de Área de Proteção Permanente (APP), a Lei determina que seja preservado um mínimo de 20% da propriedade rural na Região Sudeste como Reserva Legal.

A questão da preservação de florestas sempre foi polêmica, ainda mais quando se trata de pequenas propriedades. O Código Florestal abre uma possibilidade no § 1º do Artigo 16 para a formação da Reserva Legal – nas propriedades rurais com área entre 20 e 50 hectares serão considerados, além da cobertura florestal, os maciços de porte arbóreo, sejam árvores frutíferas, ornamentais ou espécies de uso industrial.

No seu Artigo 17, deixa explícito que, em loteamentos de propriedades rurais, a Reserva Legal pode ser agrupada numa só porção em condomínio entre os proprietários. Esta poderia ser a solução para propriedades com menos de 20 ha.

A principal vantagem ambiental que a formação de condomínios florestais traria seria a composição de áreas contínuas de cobertura florestal, em detrimento da pulverização de pequenos fragmentos florestais. A interligação dessas áreas poderia ser garantida pelas APPs ou mesmo por culturas agrícolas de porte arbóreo, em especial, as espécies frutíferas.

O estado do Paraná criou um modelo de condomínio de reservas legais, e em Goiás, foi regulamentada a possibilidade do estabelecimento de Reserva Legal fora da propriedade. Para eleger áreas candidatas à formação de condomínios florestais, é preciso realizar estudos, tendo como objetivo primário a preservação da biodiversidade local, e como secundário, a garantia do desenvolvimento da agropecuária da região



# Longe da auto-suficiência

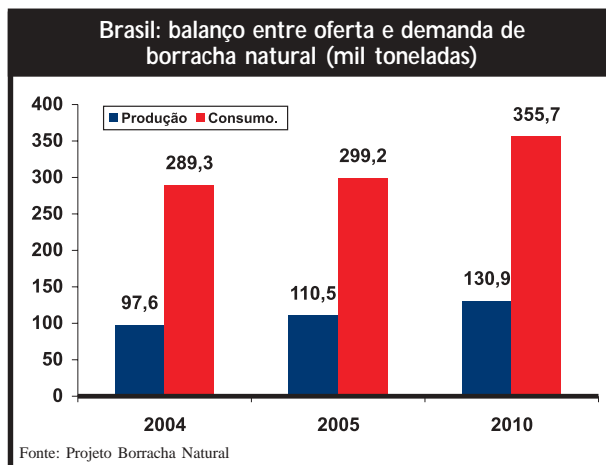
**Em 2004, a produção atendeu a 33,7% da demanda**

HEIKO ROSSMANN\*, PRISCILLA SILVA PEREZ\*\*,  
MARIANA BOMBO PEROZZI\*\*\* E AUGUSTO HAUBER GAMEIRO\*\*\*\*

O cultivo de seringueiras ganha destaque na mídia nacional, em virtude de representar um bom negócio. Sabe-se que o mercado de borracha natural é bastante demandante, e o Brasil está

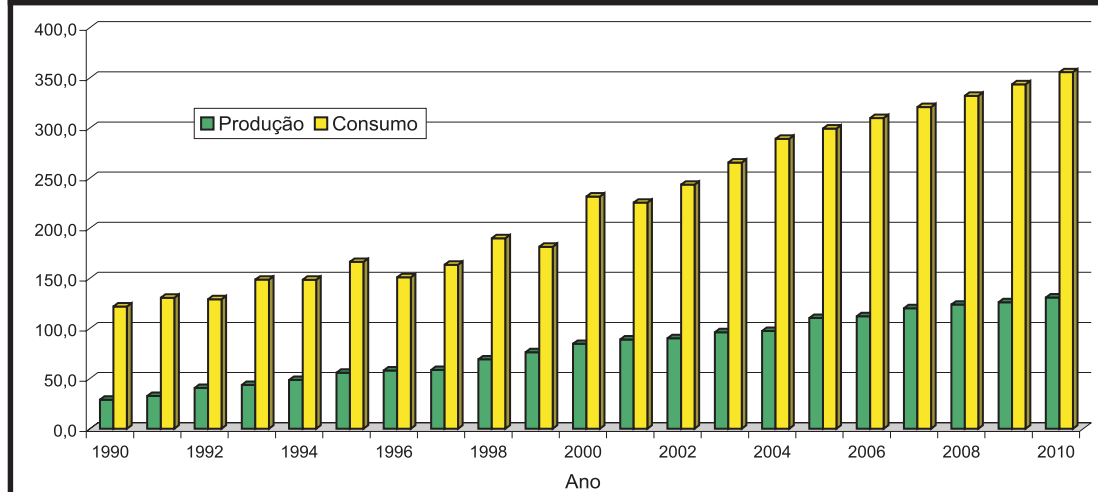
longe de se tornar auto-suficiente. Estima-se que, em 2004, a produção nacional atendeu apenas a 33,7% da demanda da indústria consumidora nacional, representada principalmente pelas grandes companhias pneumáticas instaladas no País

O aumento do volume de borracha natural importada e a elevação dos preços externos são os principais fatores que explicam o aumento no dispêndio na importação da *commodity*, com impacto negativo na balança comer-

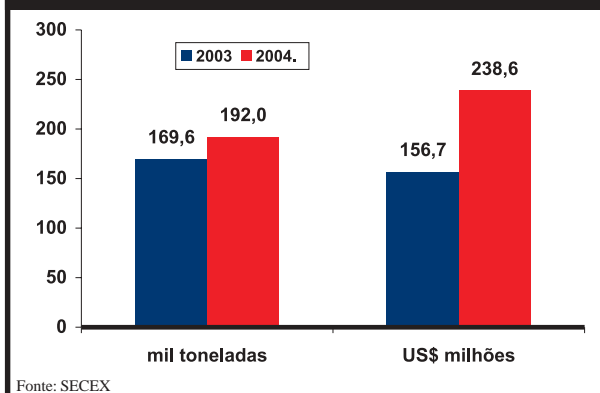




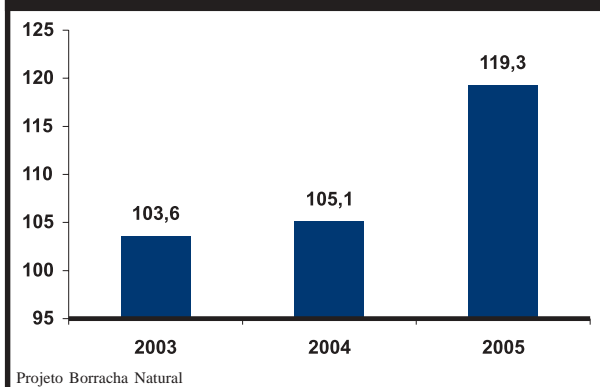
### Produção e consumo de borracha natural (mil toneladas)



### Brasil: importação de borracha natural



### Brasil: área colhida de borracha natural (em mil ha)



cial brasileira. O preço da borracha SMR-10 (Standard Malaysian Rubber 10), uma das principais referências do mercado internacional do

ca Latina, o IRSG recomenda empenho para aumentar a produção e minimizar os efeitos negativos da falta de matéria-prima. O Brasil, como

principal produtor de borracha natural do continente e com a grande disponibilidade de áreas aptas ao cultivo da seringueira, tem papel de destaque nesse processo.

O Projeto Borracha Natural Brasileira elaborou uma série de estimativas e projeções para o setor nacional de borracha natural, considerando as variáveis: área plantada, área colhida, produção, consumo, importação e exportação,

com o objetivo de retratar a realidade do setor e possibilitar uma melhor visão dos desafios futuros.

As áreas plantadas e colhidas cresceram nos últimos exercícios. Em 2005, a estiagem ocorrida entre os meses de fevereiro e abril dificultou o trabalho de sangria nos seringueiros de alguns estados brasileiros – principalmente, em São Paulo – e deverá ocasionar uma queda de produção de 20% sobre a projeção inicial, de 110,5 mil toneladas.

Projeções do Projeto Borracha Natural Brasileira apontam importações de 198,7 mil toneladas de borracha natural. Este número é considerado extremamente conservador, uma vez que foi utilizada uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano – equivalente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O incremento nas importações tem sido superior a 10% nos últimos três anos. ■

\* Engenheiro agrônomo, mestre em genética e melhoramento de plantas, e coordenador do Projeto Borracha Natural Brasileira; e-mail: hrossman@naturalss.com.br.

\*\* Jornalista do Projeto Borracha Natural Brasileira.

\*\*\* Jornalista do Projeto Borracha Natural Brasileira.

\*\*\*\* Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em economia aplicada, e analista econômico do Projeto Borracha Natural Brasileira.

### Por que piora o cenário entre oferta e demanda mundial de borracha natural?

- Por causa da expansão industrial observada na China nos últimos anos;
- Pelo consumo elevado de borracha por países industrializados, como Estados Unidos e Japão;
- Pela limitação da expansão dos plantios de seringueira nos principais países produtores e exportadores de borracha natural: Tailândia, Indonésia e Malásia.



FGVDADOS PREMIUM.  
A FORMA MAIS ÁGIL E COMPLETA  
DE SE ANTECIPAR AOS MOVIMENTOS  
ECONÔMICOS NO BRASIL.

Com o FGVDADOS Premium você tem acesso, pela primeira vez, aos itens componentes dos índices que formam o Índice Geral de Preços – IGP, no seu nível máximo de detalhamento. São cerca de 18 mil novas informações a cada mês, relativas à taxa de variação dos preços dos itens e demais componentes do IPA, IPC (inclusive IPC-S) e INCC. Combinadas, essas informações possibilitam muito mais eficiência na previsão das variáveis macroeconômicas e na tomada de decisões estratégicas.



Telefone: (21) 2559-6087  
e-mail: fgvdados@fgv.br  
www.fgvdados.com.br





CARLOS EDUARDO DE FREITAS VIAN\*  
MÁRCIA AZANHA FERRAZ DIAS DE MORAES\*

**D**iante das boas perspectivas para o açúcar e o álcool, com atração de investimentos para a expansão da capacidade produtiva das empresas já instaladas e em novas usinas nas áreas de fronteira (Oeste Paulista, Triângulo Mineiro e Centro-Oeste), cabem as perguntas:

1. Haverá mais empregos e maior renda para os trabalhadores?
2. A expansão da produção ajudará a diminuir o desemprego nas regiões produtoras?
3. Surgirão novas denúncias de más condições de trabalho?

No dia 10 de novembro de 2004, realizou-se no anfiteatro do Pavilhão de Engenharia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ o *Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroal-*

*cooleiro: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras*. A proposta central foi discutir sobre as principais iniciativas a serem tomadas na busca da resolução para o dilema entre crescimento e geração de empregos e bem-estar social no complexo agroindustrial canavieiro, frente às suas novas características competitivas, como a diversificação da produção e de produtos, as melhorias tecnológicas, fusões e aquisições etc.

A despeito da melhora significativa dos indicadores de empregos e renda nos anos 90, os indicadores revelaram, ainda, grandes disparidades regionais na lavoura da cana-de-açúcar.

• O número de empregados agrícolas formais passou de 54% para 69%, de 1992 a 2003, no Brasil, apesar de atingir, no Centro-Sul, 83%, e no

Nordeste, 59%.

• O salário médio dos empregados em São Paulo foi de R\$533,00, em 2002, enquanto no mesmo período foi de R\$ 327,00 e R\$ 277,00, em Pernambuco e Alagoas, respectivamente.

• A remuneração dos trabalhadores é maior do que em outras culturas, mesmo aquelas com mecanização, qualificação e escolaridade (como soja e laranja).

A proibição da queima da cana e a tendência de mecanização trouxeram impactos importantes sobre o mercado de trabalho. Há um *trade off* entre modernização e desemprego, que é difícil de igualar. Os trabalhadores desempregados têm menor qualificação e mais difi-

culdades para conseguir um novo emprego, seja rural ou urbano.

Houve um aumento da demanda por trabalhadores com qualificação mais elevada na várias culturas, inclusive, na cana-de-açúcar. As possibilidades de absorção de mão-de-obra não qualificada no setor sucroalcooleiro não são positivas, mesmo perante uma expansão da área plantada.

A despeito dos investimentos realizados pela indústria na área social, além dos esforços intensivos da Confederação Nacional da Agricultura, das Associações de Fornecedor de Cana-de-Açúcar e dos organismos de fiscalização, situações pontuais podem voltar a ocorrer, principalmente nos casos de uso da figura do “gato” para contratar e gerenciar a mão-de-obra.

Apesar de a legislação e as normas trabalhistas serem criticadas pela desatualização e pelo rigor excessivo, induzindo à mecanização da agricultura, foi observado que no setor de açúcar e álcool existe uma cres-



cente preocupação em cumpri-las.

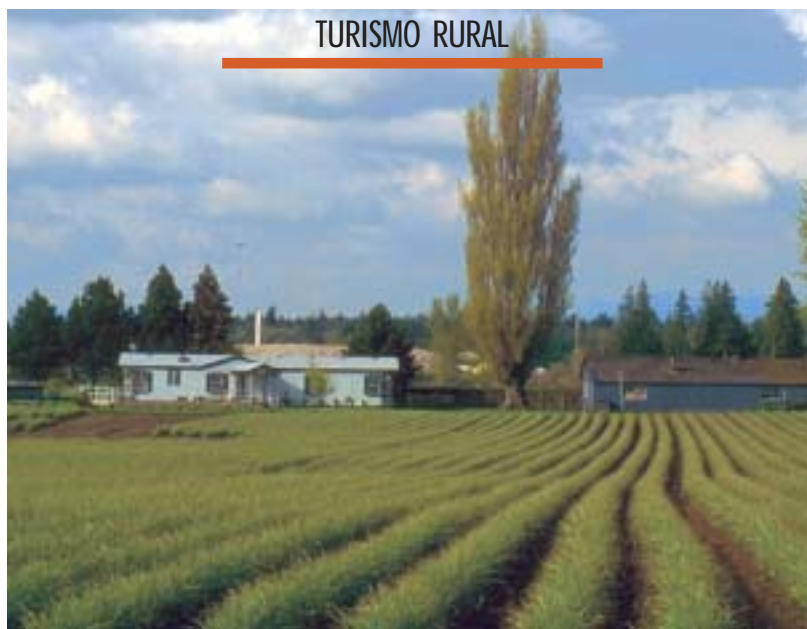
Ficou clara a necessidade de desenvolver metodologias complementares de pesquisa, que permitam avaliar as condições de trabalho (moradia, transporte, alimentação, uso de equipamentos de proteção etc.), visto que as mesmas não podem ser analisadas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS.

No âmbito externo, os países afetados pela decisão da Organização Mundial de Comércio, contra o protecionismo europeu no mercado internacional do açúcar, tenderão a buscar novas formas de proteção, com a criação de barreiras não-tarifárias. Neste contexto, a discussão das questões ambientais e sociais ganha prioridade para garantir a competitividade internacional do complexo canavieiro.

A inserção internacional do álcool e do açúcar deve ser tratada com cuidado, pois os interesses envolvidos são muito complexos e difíceis de serem conciliados em curto prazo. A recente vitória do Brasil, no âmbito da OMC, é questionada por países detentores de cotas preferenciais de exportação para a Europa, pois terão a produção e comercialização afetadas negativamente.

Embora o respeito à legislação trabalhista tenha aumentado, será necessária a discussão constante e a busca pela melhoria das condições de trabalho na área agrícola. A fiscalização do Estado e o avanço da inserção internacional do setor contribuem para a resolução da questão. As conclusões do seminário incluem também o tema ambiental, junto com a regulamentação da queimada da cana, no centro do debate e pesquisa sobre as políticas de geração de emprego e renda. ■

\* Professores do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ / USP e organizadores do Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras.



## Uma indústria de lazer no interior de SP

MARINA ARIENTE\*, ANTONIO CARLOS GIULIANI, OSVALDO ELIAS FARAH, NADIA KASSOUF PIZZINATTO e EDUARDO EUGÊNIO SPERS\*\*

**C**onsiderado um dos setores mais dinâmicos do mundo econômico, o turismo cresce dia a dia. No caso do turismo rural, sua importância vai além da capacidade de gerar empregos e aumentar a renda nacional, pois fixa o homem no campo.

A população das grandes cidades, pressionada com a agitação do ambiente urbano, busca lugares que ofereçam tranquilidade e atividades típicas do homem rural. O turismo rural aparece como alternativa para o indivíduo, ao se distanciar do seu meio e seu cotidiano, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar.

Desde 1960, o turismo explodiu como possibilidade de prazer e como fonte de lucros e investimentos para milhares de pessoas. À medida que conciliava lazer, cultura, artes, esporte, o turismo se desenvolvia a cada ano, com crescente ganho de espaço nos meios de comunicação e nos negócios.

Com vistas à dinamização do turismo brasileiro, as primeiras Diretrizes da Política Nacional de Turismo foram estabelecidas em 1987. Naquela época, a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo implementou várias ações, numa demonstração de reconhecimento do setor como importante e merecedor de normatização e fomento.

Poucas áreas da economia brasileira apresentam um desempenho tão abaixo de suas potencialidades como a do turismo. O País ocupa o maior território da América Latina e cobre quase metade de todo o continente sul-americano (47%); além de possuir uma elevada biodiversidade.

Dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), organismo ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), indicam o turismo como uma das principais fontes geradoras de riquezas do século XXI.

Segundo a Organização Mundial



do Trabalho, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoiti-

## Oportunidades e ameaças da atividade

### Pontos positivos

- Diversificação de renda;
- Geração de empregos;
- Preservação do patrimônio natural;
- Preservação do patrimônio cultural;
- Melhoria da qualidade de vida local;
- Diversificação dos pólos turísticos;
- Melhoria da formação educacional do homem do campo;
- Desenvolvimento do espírito de participação e parceria.

### Pontos negativos (caso não seja organizado)

- Os impactos ambientais graves, decorrentes da proliferação desordenada de construções;
- O abandono, ainda que não completo, das atividades agropecuárias;
- A excessiva terceirização da atividade econômica e a grande dependência da atividade turística, sem que se desenvolvam atividades alternativas para a população rural.

## Breves conceitos sobre o turismo rural

- Caracteriza-se por oferecer aos visitantes atividades típicas do homem do campo. Desenvolve-se a partir da adaptação de fazendas agropecuárias em um produto turístico. Os serviços oferecidos podem ser variados e contemplam a hospedagem, a alimentação, atividades recreativas e de lazer, e a comercialização de produtos típicos da fazenda, tais como doces e artesanatos (Revista sobre turismo, 2002).
- É um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com o alojamento na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousadas) nas quais o turista participa das diferentes atividades desenvolvidas neste espaço, quer como lazer ou aprendizado (Pelegrini, 1985).
- Turismo praticado em áreas rurais (fazendas, sítios ou chácaras) para proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural, como: andar a cavalo, ordenhar vacas, passear de carroça, tomar banho de rio ou cachoeira, caminhar pelos campos, comer churrasco, tomar chimarrão (Sebrae, 2002).

te no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

## ORIGENS

De acordo com o manual operacional do turismo rural da Embratur, da forma como é conhecida e executada, essa prática teve origem nos Estados Unidos. Os fazendeiros hospedavam em seus ranchos, situados em lugares distantes, sem infraestrutura, mas com caça e pesca abundantes e de qualidade, os pescadores e caçadores de outras regiões. Ficaram conhecidas as temporadas desses esportes. À medida que crescia a demanda por esse tipo de hospedagem, os “rancheiros” descobriram ali um filão de negócios. Passaram, então, a oferecer a seus hóspedes uma gama de serviços hoteleiros e atividades *resort*, como cavalgadas, serviços de guia e aluguel de veículos, barcos e equipamentos. ■

\* Jornalista e mestranda em Administração da Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep; \*\* Docentes de mestrado da Unimep.

## Guia do turismo rural no interior de São Paulo

### • Águas de São Pedro

Local que tem a maior porcentagem de verde por habitante. A estância Hidromineral de Águas de São Pedro reúne condições ideais para curas hidrominerais, indicadas nos tratamentos de pacientes reumáticos, hipertensos e portadores de doenças crônicas das vias respiratórias. Fica próximo das rodovias paulistas Bandeirantes, Anhanguera, Washington Luís e Luís de Queiroz.

### • São Pedro

Ideal para quem gosta de curtir *canyoning*, pesca, sossego e lazer. A cidade oferece opções como pesqueiros, cachoeiras, clubes, museu e *spa*.

### • Brotas

Os inúmeros rios, saltos, cachoeiras, piscinas naturais existentes fazem com que a cidade seja muito freqüentada e até divulgada pelos próprios turistas, que têm encontro marcado com a beleza, a harmonia e a aventura. Os esportes radicais, obras arquitetônicas, festividades tradicionais, tudo isso e muito mais são as opções de lazer encontradas. Abriga em suas serras várias nascentes e rios encachoeirados, que cortam vales e encostas; concentra uma enormidade de atrativos turísticos, na sua maioria, hídricos (represa, ribeirão, cachoeiras, corredeiras e nascentes). Seu potencial natural aliado ao incremento de produtos e serviços turísticos confere à região um enorme potencial para o eco-turismo e para o turismo rural. E hoje já é, com certeza, ponto de referência para a prática de esportes de aventura, como o *rafting*, *bóia-cross*, *canyoning*, arborismo, e outros.

### • Ipeúna

Uma das mais belas paisagens da região pode ser conferida em Ipeúna, nome que em tupi-guarani significa Ipê Preto, árvore existente em grande quantidade naquele município, rodeado de morros. As principais atividades econômicas do município são: cana-de-açúcar, leite, avicultura, pecuária, laranja e reflorestamento de eucaliptos. Há cerca de dois anos, a cidade começou a abrir as portas para o eco-turismo, e muitos fazendeiros decidiram acolher os visitantes. Ipeúna tem diversos pontos turísticos, como o Rio Passa Cinco, perfeito para a pesca de peixes de pequeno porte; a Gruta do Fazendão, para quem gosta de trilhas, caminhadas ecológicas, passeio de jipes, motos, cachoeiras, entre outros atrativos.

# Estratégia para a qualidade e a competitividade

A construção de um Sistema da Qualidade nas Cadeias Agroindustriais - QUALIAGRO - começou a ser idealizada na Associação Brasileira de Agribusiness, no início de 2000. A idéia foi materializada em projeto aprovado no Fundo Setorial do Agronegócio, composto de seis partes:

## 1. Marco institucional da qualidade nas cadeias agroindustriais:

Dar uma visão operacional a conceitos e nomenclaturas que invadiram o nosso cotidiano, a partir da adesão brasileira como membro da Organização Mundial do Comércio - OMC. Busca, ademais, selecionar casos em que o uso de ferramentas e da filosofia da qualidade proporcionou marcantes resultados econômicos.

## 2. Rastreabilidade nas cadeias agroindustriais:

Apresentar os contornos de uma "norma brasileira" (NBR) para os diversos elos das cadeias produtivas dispor de um conjunto de definições e de práticas, como fruto do consenso entre as partes interessadas. Os trabalhos levarão em conta os textos sob exame na International Standard Organization. É uma garantia de autonomia tecnológica para evitar eventuais custos adicionais sobre as exportações. Fará um exame, de modo amplo, dos diversos aspectos da qualidade no agronegócio, com ênfase nas cadeias da carne bovina e da soja, para depois generalizar às demais cadeias.

## 3. Requisitos específicos para a avaliação da conformidade em cadeias do agronegócio:

Levantamento, qualificação e quantificação da demanda por laboratórios creditados para fornecer suporte tecnológico e científico no atendimento de exigências e acesso aos mercados. Serão estimados os investimentos necessários para o País dar curso aos objetivos de liderança no setor. Será apresentada uma visão sobre os cortes regionais possíveis e desejáveis, com o emprego de "selos" de denominação ou origem controlada. Uma valorização da cultura e do conhecimento local na lógica global, com a qual se transformou a região em relevante vetor da competitividade nacional.

## 4. Sistema de gestão das cadeias do agronegócio:

Uma avaliação dos impactos da agregação de valor ao produto, pela diferenciação provocada pela "engenharia de processo", associada à gestão da qualidade.

Montagem de um sistema no qual as partes interessadas comparecem de forma orgânica para realizar a gestão da competitividade e dos interesses setoriais. Busca atrair a participação privada nas negociações internacionais, que, na maioria das vezes, requerem a liderança governamental. A integração entre os interesses nacionais e privados requer um mecanismo permanente para representar os interesses do agronegócio, dispersos territorialmente e na representação política.

## 5. Identificação da demanda e do planejamento da produção de normas técnicas:

Mostrar os espaços geográficos e políticos, nos quais a norma técnica, pelo fato de requerer consenso entre as partes interessadas, ainda que voluntária, se transforme num requisito essencial do processo de inovação. Oferece uma atenção específica ao 'motor' do desenvolvimento sustentável. Há muitos exemplos de normas técnicas tornadas obrigatórias por organismos reguladores, como uma antecipação da regulamentação. Uma procura de caminhos para resolver muitos problemas futuros. A estruturação de um conjunto de normas técnicas garante a sustentabilidade ambiental e econômica do processo. O formato das conclusões inclui um planejamento trienal das necessidades de produção de normas.

## 6. Articula os projetos anteriores e organiza as bases para que os grandes objetivos do QUALIAGRO sejam institucionalizados 'no tempo':

A organização de mecanismos deliberativos e de gestão, combinados com a formulação de um projeto mais ambicioso, para que se possa ao longo do tempo garantir a transição do atual sistema. A mudança dos regulamentos públicos e a inspeção de produtos por agentes do Estado, por uma sistemática em que a avaliação da conformidade por terceiros seja a tônica. O objetivo final é ampliar o uso de mecanismos financeiros, comerciais e securitários consistentes com o tamanho e a importância econômica do agronegócio, reduzindo os riscos à possibilidade de sua gestão.

Alguns temas de grande relevância no contexto do QUALIAGRO continuarão a ser examinados pela **Agroanalysis**, tais como: tecnologia para a competitividade e a inovação (TIB), ISO 22000 e outros referenciais análogos, rastreabilidade e suas diversas utilidades na competitividade do agronegócio, prospectiva para as redes e a gestão territorial (agenda para a normalização) e gestão da qualidade. ■

# Como operar o contrato de bezeros

FABIANA S. PEROBELLI \*

**C**omo o contrato futuro de bezeros, da BM&F, é liquidado financeiramente pelo indicador de preços Esalq/BM&F de Mato Grosso do Sul, é importante conhecer sua formação e seu comportamento.

O bezerro se refere a machos da raça nelore e anelorados, com 8 a 12 meses de idade. O intervalo de peso considerado, para fins de amostra, é de 170 a 200 quilos. Isso delimita o tipo de animal e reduz a dispersão dos dados.

Os dados são levantados diariamente nas principais

regiões relevantes para a formação do preço. Para tanto, o estado do Mato Grosso do Sul foi subdividido em 4 grandes regiões: Campo Grande, Dourados, Coxim e Três Lagoas. Em cada uma delas, são verificadas informações junto a pecuaristas, escritórios de compra e venda de gado, corretores e leiloeiras.

Durante a etapa do levantamento de preços, realizada diariamente até 17 horas, aproximadamente, são apurados com os informantes os preços de negócios efetivamente realizados, bem como os prazos de pagamento.

As cotações dos preços praticados no mercado de bezeros correspondem ao preço posto na fazenda, incluído o FUNRURAL, livre do ICMS. Os preços nominais de cada fonte são descontados pelo prazo de pagamento, por meio da taxa média de desconto do CDI-over divulgada diariamente pelo Banco Central.

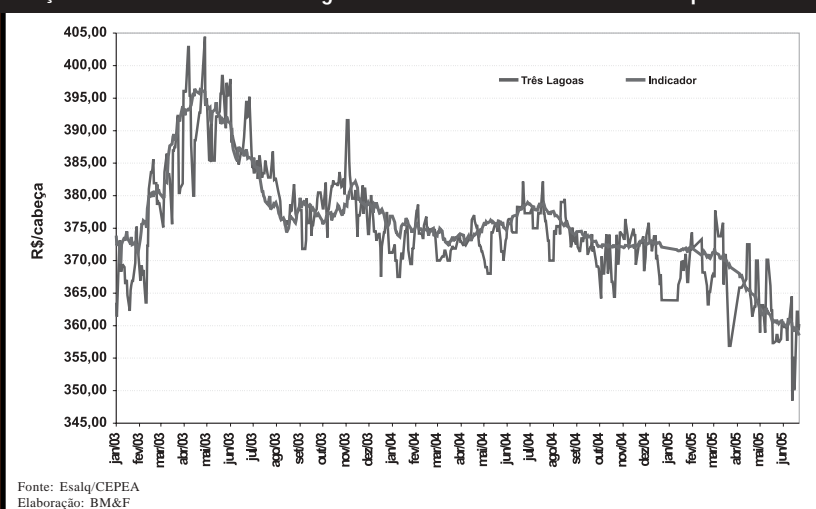
Como o indicador é uma média, às vezes, o pecuarista tem a impressão de que os preços praticados não estão refletidos no indicador. No entanto, o pecuarista deve conhecer qual é a diferença entre os preços verificados em sua região e o indicador, para garantir com segurança o preço de compra ou venda na BM&F. Por isso, é importante analisar a relação existente entre o preço na região e o Indicador.

No caso dos diferenciais do preço do bezerro na região de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, em relação ao Indicador, tomou-se o preço observado pelo pecuarista no local e verificou-se a diferença entre este preço e o indicador. Em seguida, foi calculada a média mensal. A diferença mensal, em termos percentuais, não chegou a 1,5%.

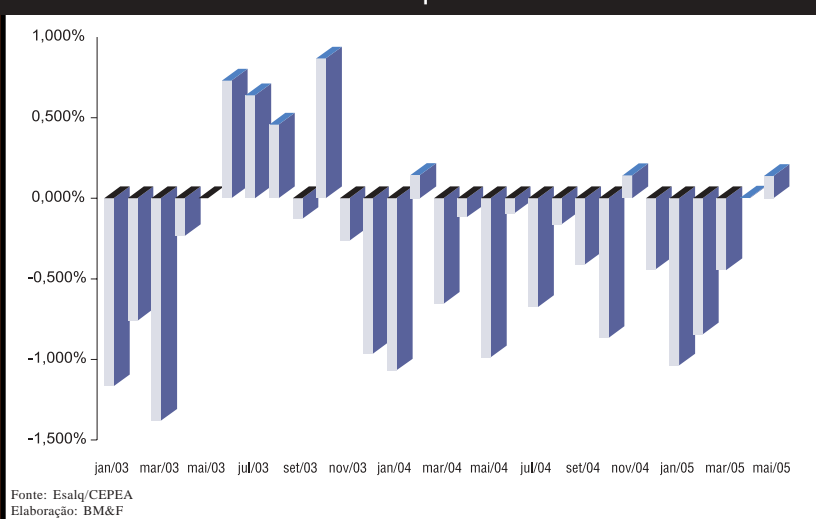
Em março de 2005, um pecuarista de Três Lagoas-MS, com 990 bezeros para entrega em maio de 2005, ao consultar os preços futuros dos contratos de bezeros na BM&F, observou que as cotações para vencimento em maio de 2005 ficaram acima do seu custo de produção. Com base nisso, resolveu 'travar' o preço de venda no mercado futuro para assegurar sua margem de lucratividade.

No dia 16/03, o pecuarista vendeu 30 contratos futuros de bezeros (nº de contratos/tamanho do contrato = 990/33), para vencimento em

Preços do bezerro em Três Lagoas e o Indicador do Bezerro Esalq/BM&F - MS

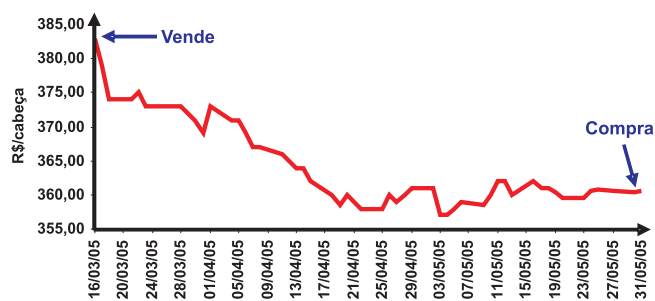


Evolução % da diferença média de preços entre o bezerro em Três Lagoas e o Indicador Esalq/BM&F - MS





**Preços futuros do bezerro  
Vencimento Mai/05**



Fonte: BMF

maio/05, a R\$383,00/cabeça. Como o diferencial entre os preços praticados em Três Lagoas e o preço da BM&F é de R\$ 0,50 por cabeça, o preço que o produtor irá receber no final da operação será de R\$383,5/cabeça ( $R\$383,00 + R\$0,50$ ). O valor financeiro que o pecuarista irá assegurar será de R\$379.665,00 ( $383,50 \times 33 \text{ animais} \times 30 \text{ contratos}$ ).

Com o passar dos dias, os preços futuros do bezerro sofreram sucessivas quedas, como pode ser observado no gráfico abaixo, atingindo o seu mínimo no dia 05/05, R\$357,00/cabeça.

No dia 31/05, último dia de negociação para vencimento em maio de 2005, o produtor liquida sua posição na BM&F, comprando 30 contratos para o mesmo vencimento, pagando R\$360,67/cabeça. Neste mesmo dia, o produtor vende seus bezerros no mercado, à vista, a R\$ 361,17/cabeça ( $R\$360,67 + R\$0,50$ ).

O resultado financeiro da operação nos mercados futuro e físico foi o seguinte:

**Início da operação: 16 de março**

Março: vendeu 30 contratos para maio/05 a R\$383,00 + R\$0,50 = R\$383,50/cabeça

Valor total da operação:  $R\$383,50 \times 33 \times 30 = R\$379.665,00$

**Fim da operação: 31 de maio**

Maio: compra 30 contratos para maio/05 a R\$360,67 + R\$0,50 = R\$361,17/cabeça

Valor total da operação:  $R\$361,17 \times 33 \times 30 = R\$357.558,30$

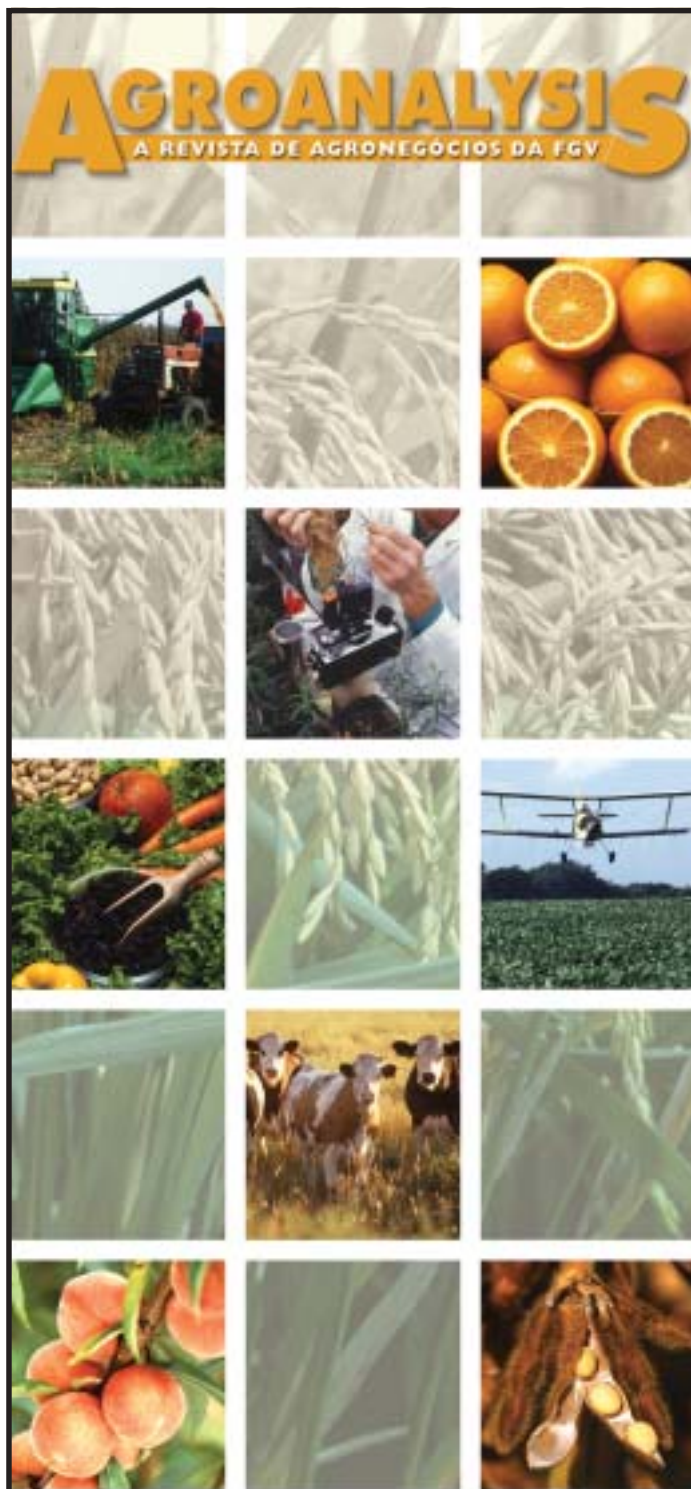
Vende 990 bezerros a R\$361,17/cabeça

Valor total: R\$357.558,30

**Resultado final:** no mercado futuro, o pecuarista receberá R\$22,33/cabeça em ajustes diários ( $R\$383,00 - R\$360,67$ ), total de R\$22.106,70 ( $R\$22,33 \times 33 \times 30$ ). No mercado físico, a venda dos bezerros se deu a R\$361,17/cabeça, no total de R\$357.558,30 ( $R\$361,17 \times 990$ ). Somando-se as receitas obtidas nos dois mercados, tem-se:  $R\$361,17 + R\$22,33 = R\$383,50/cabeça$ . No total:  $R\$357.558,30 + R\$22.106,70 = R\$379.665,00$ , exatamente o valor que o pecuarista pretendia assegurar.

Para o caso analisado, não foram considerados os custos operacionais. ■

\*Economista da BM&F – fabiana@bmf.com.br



**Ligue 0800 770 88 81  
e assine a publicação  
que melhor  
acompanha o  
AGRONEGÓCIO**

# Menor imposto na alienação de imóvel rural

LUIZ AUGUSTO GERMANI\*

**B**em administrar o custo tributário, diante da elevada carga fiscal de nosso país, em qualquer atividade, é fundamental para a sobrevivência do negócio.

No caso da atividade rural, muitos agricultores, para minimizar seu custo tributário, declaram a opção: produtor rural pessoa física no regime de Livro Caixa. Não deixam de ter razão, pois, na maioria dos casos, a tributação é mais adequada quando a atividade está circunscrita ao Imposto de Renda da Pessoa Física.

Entretanto, muitas vezes, quando em outras transações, como as imobiliárias, por exemplo, em que, de forma injustificada, os imóveis rurais não são corrigidos em valor patrimonial, desde 1.992, os proprietários se vêm, ainda, onerados fiscalmente, por falta de utilização de vários mecanismos tributários que podem minimizar o custo da transação. Vamos a eles.

Em primeiro lugar, deve-se estar atento, no momento da venda de um imóvel rural, para se separar a transação em dois valores distintos: um para as benfeitorias e um para a terra nua.

Tal procedimento é fundamental, tendo em vista que, conforme estabelece a Lei 8023/1990, no § 3º de seu Artigo 4º: *“na alienação de bens utilizados na produção, o valor da terra nua não constitui receita da atividade agrícola”*.

Nesse caso, a tributação obedece ao disposto na Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1.988, que estabelece que:

*“o imposto incidirá sobre o rendimento bruto, constituído pelos acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados, como o ganho de capital, no resultado da soma dos ganhos auferidos no mês, decorrentes de alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, con-*

*siderando-se como ganho a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente”*.

*“na apuração do ganho de capital, serão consideradas as operações que importem em alienação, a qualquer título, de bens ou direitos ou cessão ou promessa de cessão de direitos à sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, desapropriação, dação em pagamento, doação, procuração em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins”*.

Assim, como o ganho de capital deve ser calculado somente sobre o valor da terra nua, o custo tributário de uma transação imobiliária de compra e venda fica minimizado de forma sensível. Muitas vezes, o valor das benfeitorias incorporadas ao imóvel supera o valor da terra nua.

Em segundo lugar, depois de fixar a base de cálculo do tributo sobre o valor da terra nua (valor total do imóvel menos o valor de benfeitorias, culturas, construções e instalações), há de se estar atento para a aplicação dos redutores sobre o ganho de capital apurado. Conforme o estabelecido na Lei 7.713/88, em seu Artigo 18, a partir do ano de aquisição ou incorporação do bem ao patrimônio do proprietário rural (desde que a aquisição ou incorporação tenha ocorrido até 1º de Janeiro de 1.989), até a data de sua alienação, se obedece à

tabela ao lado

Em terceiro lugar, como recente novidade, há de se aplicar a Medida Provisória 252, a denominada “MP do Bem”, quando da alienação de um imóvel rural, que, em seu Artigo 37, estabelece que:

*“para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis, realizada por pessoa física residente no País, poderá ser aplicado fator de redução do ganho de capital apurado”*, aplicando-se a seguinte fórmula:  $FR = 1 / 1,0035^m$ , onde “m” corresponde ao número de meses decorridos entre a data de aquisição do imóvel e a de sua alienação.

Na hipótese de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, o fator de redução será aplicado a partir de 1º de janeiro de 1996, sem prejuízo do disposto na Tabela acima.

Portanto, na alienação de seu imóvel rural a qualquer título, o proprietário da área deverá, para não pagar mais tributo do que o devido no ganho de capital, estar atento para tributar somente a terra nua, aplicando os redutores da Tabela acima, e, atualmente, aplicando a fórmula de redução, estabelecida na “MP do Bem”, conforme a data de aquisição do imóvel.

Muitas vezes, os sucessores de um proprietário rural, ao se depararem

como herdeiros num espólio, recebem o bem imóvel em seu patrimônio para, somente depois, promoverem a venda do mesmo. Decisão equivocada: se feita a transmissão imobiliária *causa mortis*, para depois ocorrer a venda, ela será considerada aquisição nova, sujeita a menores redutores. ■

\*Advogado e professor de Direito Agrário na FGV

Taxa de redução	
Ano de aquisição ou incorporação	Percentual de redução
Até 1969	100
1970	95%
1971	90%
1972	85%
1973	80%
1974	75%
1975	70%
1976	65%
1977	60%
1978	55%
1979	50%
1980	45%
1981	40%
1982	35%
1983	30%
1984	25%
1985	20%
1986	15%
1987	10%
1988	5%